

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para pesquisadores, reforma tem pontos que podem gerar contencioso..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Investidor com bens no exterior tem 90 dias para regularizar a situação..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxação a multinacionais nos moldes da OCDE pode render ao Brasil até R\$ 18,8 bi..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cobrança sobre big techs deve ficar para 'segundo momento'..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Facultativo, voto do idoso pode ser decisivo..... 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Envelhecimento populacional: tema que não deve fugir ao debate eleitoral (Artigo)
..... 14

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

STF rejeita recurso contra "revisão da vida toda"..... 15

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Folha de pagamento do INSS será leiloada entre bancos..... 16

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria para pessoas com deficiência tem regras especiais..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Sem obrigação de votar, idosos podem decidir eleições no próximo domingo..... 18

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Setor público tem déficit de R\$ 21,4 bi em agosto, mostra BC..... 21

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Idoso é dado como morto pelo INSS e está sem receber aposentadoria há quatro meses:
Contas estão todas atrasadas
..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Disputa de R\$ 5,7 tri entre Estado e contribuinte supera valor da Bolsa..... 24

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cidades inviáveis: por que tantos municípios do Brasil não conseguem se sustentar; veja a
situação da sua cidade

.....	25
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Bancada das bets" no Congresso já atua para legalizar cassinos e bingos	30
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Batalha das "bets" por novos usuários afeta balanços	32
VALOR ECONÔMICO - SP - TRANSIÇÃO ENERGÉTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Falta legislação específica sobre reciclagem e descarte	34
VALOR ECONÔMICO - SP - TRANSIÇÃO ENERGÉTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Preocupação ambiental move luta contra desperdício	36
VALOR ECONÔMICO - SP - TRANSIÇÃO ENERGÉTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"É urgente encontrar mecanismos inovadores para atrair financiamento"	38
O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR ECONOMIA	
"Com a alta da Selic, não vejo benefício nos pós-fixados"	42
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS SAQUE ANIVERSÁRIO	
Novo consignado mira domésticos e autônomos	44

Para pesquisadores, reforma tem pontos que podem gerar contencioso

BIANCA LIMA

Breno Vasconcelos, do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper, as demandas existentes entre contribuintes e União, Estados e municípios apresentam pontos que "claramente podem gerar contencioso, como a questão do ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, cuja cobrança poderá ser antecipada) e do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, que poderá incidir sobre a previdência privada)", afirma.

"Também acho que o (imposto) Seletivo tem potencial de criar contencioso novo, além da classificação dos produtos que vão compor a cesta básica nacional", destaca o pesquisador.

Ele reforça, porém, que a redução da complexidade terá efeitos preponderantes em relação a esses itens.

Em valores nominais (não corrigidos pela inflação), o litígio tributário no Brasil saltou de R\$ 4,9 trilhões em 2018 para R\$ 5,4 trilhões em 2019, alcançando R\$ 5,7 trilhões em 2020.

"Ou seja, o nível continua astronômico", destaca a coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper, Vanessa Canado.

Na esfera subnacional, que engloba Estados e municípios, o aumento pode ser justificado pela ampliação da amostra da pesquisa. O mesmo, porém, não se aplica ao nível federal, cujo estoque saltou R\$ 151 bilhões, ou 4%, de 2019 para 2020.

Três fatores principais ajudam a explicar os números: produção desenfreada de normas, imprevisibilidade da jurisprudência - ou seja, como os tribunais interpretam esse amontoado de regras - e a morosidade dos processos.

"Quanto mais normas, exceções e diferenciações, maior tende a ser o nosso contencioso", diz a pesquisadora Lorreine Messias.

JULGAMENTOS DEMORADOS.

Segundo os pesquisadores, o julgamento dos processos tributários federais demora, em média, 16 anos, considerando todas as etapas: a primeira e

segunda esferas administrativas e o processo judicial de execução fiscal.

Apesar de a lei determinar que 360 dias é o prazo máximo para o Fisco proferir uma decisão administrativa, o julgamento pode levar, em média, 924 dias ou 2,5 anos na primeira instância e 1.287 dias ou 3,5 anos na segunda instância. Na Justiça Federal, por sua vez, o tempo médio de tramitação de um processo de execução fiscal é de dez anos.

Além disso, apontam os tributaristas, faltam ações de prevenção.

"Ter iniciativas de governança tributária ajuda a evitar a formação de contencioso.

Como, por exemplo, a secretaria de Fazenda de um Estado estar alinhada com a opinião jurídica da procuradoria. Muitas vezes há conflito de entendimento interno, o que é um típico problema de falta de governança", diz Vasconcelos.

FALTA GOVERNANÇA. Segundo Carla Novo, que também compõe a equipe de pesquisadores do Insper, apenas sete dos 54 entes da Federação (Estados e capitais) procurados nesse escopo da pesquisa informaram ter medidas de governança.

Já ações de autorregularização incentivada, com desconto em multas e juros, foram predominantes. "São medidas positivas, mas não estruturais (para atacar o contencioso tributário)", afirma a advogada.

A expectativa é de que o Comitê Gestor, órgão que será responsável pelas decisões administrativas referentes ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, o IVA estadual e municipal), traga melhorias nessa governança.

O desafio será harmonizar as decisões com o Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), que analisará os questionamentos em torno da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, o IVA federal). Como mostrou o Estadão, essa divisão dos órgãos julgadores já gera novas preocupações entre especialistas.

"Ter iniciativas de governança tributária ajuda a evitar a formação de contencioso. Como, por exemplo, a

secretaria de Fazenda de um Estado estar alinhada com a opinião jurídica da procuradoria. Muitas vezes há conflito de entendimento interno, o que é um típico problema de falta de governança" Breno Vasconcelos Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Investidor com bens no exterior tem 90 dias para regularizar a situação

LUÍZA LANZA E-INVESTIDOR

Quem investe ou tem ativos fora do Brasil, mas está com a situação irregular, acaba de ganhar prazo e benefícios para acertar as contas com a **Receita Federal**. O governo federal aprovou o Programa Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCTGgeral), que dá 90 dias para a regularização de bens e direitos - imóveis, investimentos, participações em empresas, marcas e outros - no exterior.

Diferentemente dos programas de regularização lançados em 2016 e 2017, este contempla a possibilidade de regularização de ativos mantidos no Brasil. Ou seja, não é um programa focado exclusivamente na repatriação, mas na regularização como um todo.

Roberto Justo, sócio do Choib, Paiva e Justo Advogados Associados, explica que qualquer pessoa física ou jurídica domiciliada no Brasil até o dia 31 de dezembro de 2023, que tenha bens e direitos de origem lícita não declarados ou com dados incorretos perante a Receita, pode aderir ao programa. "O contribuinte precisa declarar que a origem dos bens é lícita. Caberá o ônus da prova à **Receita Federal**, que poderá, por meio de indícios, abrir processo investigatório." Se você não sabe a atual situação de seus ativos no exterior, basta verificar suas declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física. No caso da pessoa jurídica, submetida ao lucro presumido e real, é necessário checar balanços, balancetes, a Escrituração Contábil Digital e a Escrituração Contábil Fiscal. "Nesses documentos é possível certificar se os ativos estão declarados, seus valores e características, e assim concluir pela regularidade ou não dos ativos", orienta Igor Henrique Salles Magalhães, sócio do escritório Amadiz Advogados.

A adesão ao programa é voluntária, mas só será considerada efetivada com os comprovantes de pagamento do imposto e da multa. Para aderir, é preciso acessar a Declaração Única de Regularização, disponível no e-CAC, o centro de atendimento eletrônico da **Receita Federal**, na aba Apresentação da Declaração de Regularização Cambial e Tributária - Dercat.

Quem aderir ao programa poderá regularizar os ativos no exterior mediante o pagamento do IR a uma alíquota de 15% sobre o valor atualizado do patrimônio em 31 de dezembro de 2023. Também será cobrada multa de 100% sobre o imposto apurado. Ou seja, o recolhimento total será de 30% sobre valor declarado.

"Por mais que o custo para essa regularização não seja baixo, ainda assim é bem inferior ao que poderia ser eventualmente exigido em procedimentos específicos de fiscalização", destaca Magalhães.

No procedimento de regularização dos ativos para pessoas físicas, a alíquota do IR pode chegar a 27,5%, além da cobrança de juros e multa que pode chegar a 150%. Para pessoas jurídicas, o processo se dá mediante pagamento de IR/CSLL a uma alíquota conjunta de 34%, acrescidos de juros e multa também de até 150%.

Além do benefício financeiro, a regularização da situação tributária evita, ainda, possíveis procedimentos tributários e criminais sobre ativos e bens não declarados.

PRAZO. A lei estipulou prazo de 90 dias, contados a partir da data de sua publicação. Isso significa que os contribuintes têm até o dia 15 de dezembro para aderir ao programa. Quem perder o prazo fica sujeito aos riscos da situação irregular. Afora a incidência dos **tributos** federais devidos e multas, que podem chegar a 225% do valor do tributo devido - sem contar juros de mora -, não declarar ativos no exterior pode configurar crime contra a ordem tributária.

"O contribuinte poderá ser autuado por sonegação fiscal, na modalidade omissão de receitas, e terá de responder por crime de sonegação e eventualmente por evasão de divisas", diz Eduardo Natal, sócio do Natal Manssur Advogados, mestre em Direito Tributário pela PUC-SP e presidente do Comitê de Transação Tributária da Associação Brasileira da Advocacia Tributária (Abat).

ENTENDA A LEI. Para compensar a perda de arrecadação federal com a lei de desoneração da folha de pagamento para as empresas que mais empregam, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva neste ano, o texto prevê mecanismos de arrecadação, com objetivo de reduzir o impacto nas contas públicas.

O Programa Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária é um deles.

Além do prazo para regularização de ativos no exterior, a lei também dará a chance para que proprietários de imóveis atualizem o valor patrimonial das propriedades com uma alíquota reduzida de 4% para pessoas físicas. O prazo é o mesmo, de 90 dias, e começou a contar no dia 16 de setembro.

Antecipação Programa prevê cobrança de 30% sobre o valor declarado para quem fizer a adesão voluntária

Para entender !

O que a lei considera como recursos, bens e direitos

I Depósitos Depósitos bancários, certificados de depósitos, cotas de fundos, instrumentos financeiros, apólices de seguro, certificados de investimento ou operações de capitalização, depósitos em cartões de crédito, fundos de aposentadoria

I Empréstimos Operações de empréstimo com pessoa física ou jurídica

I Recursos Recursos de operações de câmbio ilegítimas ou não autorizadas; Recursos em empresas brasileiras ou estrangeiras sob a forma de ações ou qualquer outra forma de participação societária

I Ativos Ativos intangíveis disponíveis no Brasil ou no exterior de qualquer natureza, como marcas, copyright e patentes e todo e qualquer direito submetido ao regime de royalties

I Bens Bens imóveis em geral ou ativos que representem direitos sobre imóveis; e veículos, aeronaves, embarcações e demais bens sujeitos a registro em geral, ainda que em alienação fiduciária

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Taxação a multinacionais nos moldes da OCDE pode render ao Brasil até R\$ 18,8 bi

Tributação Cálculo é do economista Bráulio Borges; assunto está sendo estudado no governo e pode "avançar rápido"

Em estudo pelo governo, uma nova tributação sobre o lucro de grandes multinacionais que operam no Brasil poderia render arrecadação federal extra entre R\$ 16,4 bilhões e R\$ 18,8 bilhões anuais.

Os cálculos são de Bráulio Borges, economista da LCA Consultores e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre). Esse seria o impacto do chamado Global Anti-Base Erosion Rules (GloBE, na sigla em inglês) ou simplesmente pilar 2 do acordo tributário global conduzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e integrado por mais de 140 países. O pilar 2 prevê a tributação corporativa mínima sobre lucro de 15% para multinacionais com faturamento superior a 750 milhões por ano.

O governo federal ainda não tem estimativa definida da receita que pode ser auferida, mas fonte próxima à Secretaria da **Receita Federal** diz que o assunto já está sendo estudado e a ideia é "avançar rápido com o imposto mínimo de 15% do pilar 2". Um texto está sendo preparado para ser enviado ao Congresso ainda este ano, para não "deixar dinheiro na mesa para outros países". Caso uma tributação brasileira nesse sentido não seja estabelecida, as multinacionais deverão pagar aos países das matrizes o que poderia ser recolhido no Brasil, observa a fonte.

O conjunto de ações para tributação mínima unificada inclui o chamado pilar 1, que também pode trazer elevação de arrecadação ao Brasil (ver reportagem abaixo).

Ricardo Galendi, tributarista do Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich Shoueri, explica que o objetivo do pilar 2 é criar um piso de alíquota efetiva de 15% para a competição fiscal internacional. O Brasil, como importador de capital, diz, tem em território farmacêuticas, indústrias químicas e automobilísticas, entre outras empresas estrangeiras que atuam no país. A alíquota nominal brasileira sobre o lucro das empresas chega a 34%, considerando Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), mas o nível de tributação, aponta, pode variar por setores, considerando deduções como

as de subvenções para investimento e regimes como o da Zona Franca de Manaus.

"Tudo isso pode, eventualmente, em alguns casos, levar a alíquota efetiva para baixo dos 15%. Se o Brasil não fizer nada, o país sede dessa empresa multinacional, como Alemanha ou França, por exemplo, pode capturar esse lucro subtributado no Brasil." Isso vira receita tributária no país europeu, caso ele tenha em vigor uma regra de inclusão de rendimentos (IIR, na sigla em inglês para Income Inclusion Rule), conforme o pilar 2.

"O GloBE traz um mecanismo de defesa, digamos, do país hospedeiro do investimento, contra a aplicação da regra de inclusão de rendimentos", diz Galendi. O mecanismo é o QDMTT, na sigla em inglês para Imposto Complementar Mínimo Doméstico Qualificado. O governo está estudando uma proposta justamente para a criação de um QDMTT no Brasil, diz fonte próxima à Receita.

Borges ressalta que em relatório de janeiro deste ano a OCDE divulgou que, de forma agregada, o pilar 2 pode resultar em receita adicional de US\$ 155 bilhões a US\$ 192 bilhões anuais, considerando a tributação corporativa sobre lucro em países que não são paraísos fiscais.

A OCDE não faz uma estimativa de arrecadação por país, observa Borges. "Eles fazem por grupos de países classificados por nível de renda. O Brasil é considerado um país de renda média alta. Para esse grupo, a estimativa é de ganhos em torno de 5% a mais em relação ao que esses países estavam arrecadando em **tributos** corporativos sobre lucro na média de 2017 a 2020." Para cálculo do potencial de arrecadação no Brasil do pilar 2, diz ele, os 5% foram considerados sobre os 2,75% de arrecadação média efetiva de IR e CSLL como proporção do **PIB** nesse período de quatro anos. No período 2021-2023 a proporção subiu para 3,86%, sendo de 3,68% em 2023.

A nova tributação, porém, deve enfrentar resistência. O QDMTT, diz Galendi, pode ser estabelecido no Brasil por lei ordinária, com alteração na legislação do Imposto de Renda, mas pode gerar muitas discussões de caráter constitucional. "Porque em alguma medida a tributação pode mitigar, por exemplo, o benefício da

Zona Franca de Manaus ou de subvenção de investimentos, e é natural que tenha alguma reação por parte dos contribuintes, do ponto de vista judicial." Se esse imposto complementar for declarado inconstitucional no Brasil, o país não atinge, no caso, o piso da competição fiscal internacional estabelecido pelo acordo e a receita tributária será capturada por outro país, aponta o tributarista.

O imposto complementar em si também promete ser alvo de discussão. Imaginava-se inicialmente, diz, que o QDMTT seria um imposto com o qual o país anfitrião neutralizaria a inclusão de rendimentos pelo país que sedia o grupo multinacional. "Mas na minúcia o QDMTT não opera estritamente como imposto neutralizador, explica Galendi, autor de tese de doutorado sobre o GloBE defendida na Universidade de Colônia (Alemanha) e premiada este ano com a EATLP Tax Thesis Award.

Existem, aponta Galendi, exigências para qualificação do QDMTT que o tornam mais oneroso que a tributação que seria paga de outra forma, no país da matriz, por exemplo, na regra do IIR, o imposto da regra de inclusão de rendimentos.

As Orientações Administrativas, integrantes do arcabouço do GloBE, estabelecem que os países anfitriões, exemplifica Galendi, exigam QDMTT de 100% do imposto complementar apurado de acordo com as regras GloBE, sem considerar as participações societárias detidas pelo grupo multinacional.

Isso, diz o tributarista, pode gerar distorções, por exemplo, no caso de uma subsidiária no Brasil que seja controlada por um grupo multinacional alemão, o qual detém 60% de seu capital social. No exemplo, os outros 40% são detidos por acionistas minoritários que não fazem parte do grupo multinacional. Neste caso, o IIR na Alemanha seria de 60% do imposto complementar apurado pelas regras do GloBE, considerando a participação de 60% da holding na subsidiária brasileira, diz Galendi. O QDMTT cobrado no Brasil seria maior, de 100% do imposto complementar apurado segundo o GloBE, explica o tributarista.

Galendi lembra que o próprio texto das Orientações Administrativas reconhece a incidência mais gravosa do QDMTT em relação ao IIR, o imposto da regra de inclusão. O texto, ressalta, aponta que, em alguns casos, a aplicação do QDMTT "resultará em uma carga tributária maior do que a carga tributária que de outra forma teria sido imposta sob as Regras GloBE". Mesmo em um cenário de ampla adoção do GloBE por outros países, avalia ele, a cobrança de um QDMTT prejudica a capacidade de atração de investimentos, porque a tributação na jurisdição anfitriã será, na

verdade, maior do que aquela incidente a partir de uma IIR.

O Brasil não é somente anfitrião de multinacionais, mas também possui grandes grupos econômicos que atuam internacionalmente. Nessa ótica do Brasil como exportador de capital, destaca Galendi, o pilar dois traz também uma oportunidade que poderia reduzir a carga tributária sobre lucros no exterior das multinacionais brasileiras.

Essas grandes companhias, observa Galendi, já estão sujeitas atualmente às regras de Tributação em Bases Universais (TBU), que tributam lucros apurados no exterior. O pilar 2, defende, traz uma oportunidade para o Brasil de rever as regras de tributação em bases universais e trocá-las por uma regra de inclusão de rendimentos - o IIR - em conjunto com um bom desenho de tributação com base na regra CFC (sigla em inglês para Empresas Estrangeiras Controladas), aderindo à prática internacional.

"As regras CFC capturam rendimentos passivos, sujeitos a uma tributação muito baixa. As regras de TBU brasileira capturam tudo. Se uma multinacional brasileira tem um fábrica, ela estará sujeita às regras de TBU mesmo que a companhia esteja efetivamente realizando investimentos num outro país. A regra de inclusão de rendimentos é menos restritiva, menos onerosa do que a que temos como regra de TBU brasileira hoje. Do ponto de vista de política tributária essa troca seria ideal, mas a mudança poderia reduzir a arrecadação", diz Galendi.

Segundo fonte próxima à **Receita Federal**, o governo não pretende ainda revisar de forma estrutural a TBU atual. A ideia é manter o atual regime para teimaís tempo para trabalhar em modernização, diz a fonte.

Borges destaca que o Brasil já tem caminhado para o aperfeiçoamento de legislação que busca a tributação perdida com o chamado "profit shifting", quando as companhias multinacionais reduzem sua carga tributária movendo a apuração de lucro de países com alta tributação para jurisdições com menor carga tributária ou para paraísos fiscais. No ano passado, lembra, foi aprovada uma nova legislação de preços de transferência que entrou em vigor este ano.

Para ele, o trabalho divulgado em 2022 por Gabriel Zucman, professor da Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA), entre outros autores, mostra o potencial de arrecadação brasileira no combate ao "profit shifting". O desvio de lucros calculado por eles para o Brasil em 2019, período mais recente da análise, foi de US\$ 9,1 bilhões, aponta Borges. "Com o câmbio atual, é algo perto de R\$ 50 bilhões, o que seria o limite que se poderia recuperar com essas

medidas", diz, referindo-se aos preços de transferência e ao acordo da OCDE. As regras de preços de transferência tentam combater o uso de paraísos fiscais ou jurisdições com tributação menor na movimentação de lucros entre empresas de um mesmo grupo econômico.

Essas regras, recorda a tributarista Luciana Galhardo, sócia do Pinheiro Neto Advogados, foram alteradas e estão agora em consonância com a OCDE. Com a alteração que passou a valer este ano, explica ela, passou a ser aplicado o chamado princípio do "arm's length", pelo qual as partes de uma transação precisam manter a imparcialidade em relação à empresa do grupo, como se teria numa relação com terceiros. Isso se deu, porém, após mais de 20 anos com uma regra "completamente diferente do mundo todo". "Creio que o Brasil era o único país que tinha uma tributação com base em margens fixas. Mudamos nossa legislação de preços de transferência e estamos caminhando para chegar dentro dos padrões internacionais. Mudamos as regras de contabilidade." A mudança, diz, tem acontecido gradualmente.

O país, diz Galhardo, tem muitos passos antes de chegar ao pilar 1 ou 2. "O Brasil precisa implementar a reforma na tributação sobre consumo, incorporar as novas regras de preço de transferência. Temos que corrigir a distorção entre Estados e União, que resultou em arrecadação federal reforçada em contribuição cuja receita não é dividida [com Estados]. Temos que trazer as empresas à formalização. Nossa carga tributária já chegou a níveis elevados. Há muito a fazer antes de tomar carona num programa amplo da OCDE."

"Antes de tomar carona num programa da OCDE há muitos passos" Luciana Galhardo

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187998?page=1§ion=1>

Cobrança sobre big techs deve ficar para 'segundo momento'

Marta Watanabe De São Paulo

Entre as ações organizadas pela OCDE para uma tributação global mínima e unificada, o pilar 1 é outra medida que pode gerar arrecadação adicional. Esse pilar mira os maiores grupos multinacionais, incluindo as "big techs", com faturamento consolidado de 20 bilhões e lucratividade superior a 10%. A ideia é que parte do lucro dessas companhias seja tributada nos países em que se geram receitas, nos quais estão os consumidores dos serviços prestados.

Segundo fonte próxima à **Receita Federal**, a ideia é seguir mais rapidamente este ano com o pilar 2 e deixar o pilar 1 para um "segundo momento".

Bráulio Borges, economista da LCA e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), explica que a regra do chamado "Amount A" [Montante A] do pilar 1 estabelece que 25% do lucro de grandes companhias ficaria sujeito ao imposto de renda corporativo nos países onde elas atuam e não só nos países onde têm sede. Algumas atividades estão excluídas, como as extrativas e as de serviços financeiros.

Obviamente, diz Borges, o impacto é muito maior nas "big techs", justamente porque elas não precisam ter uma sede ou algum tipo de instalação física no país em que os serviços digitais são consumidos. A implementação do pilar 2, porém, tem enfrentando resistências de países como os Estados Unidos, em razão do impacto sobre as companhias americanas.

Estudo do Observatório Europeu de Tributação, ligado à União Européia, de autoria de Mona Barake e Elvin Le Pouhaér, mostra que países como Áustria, Espanha, França, Hungria, Itália, Polônia, Portugal e Reino Unido, já adotam um "digital tax" até que o pilar 1 seja efetivamente implementado. Esses **impostos**, diz o estudo, aplicam em geral uma taxa que varia de 2 a 6% sobre pagamentos brutos por serviços digitais ou vendas por empresas digitais.

O problema de um digital Service tax como esses, diz Ricardo Galendi, advogado do Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri, é que a base da tributação é um montante bruto. "Não se sabe se a base é efetivamente uma renda." Pode ser que se esteja tributando uma empresa deficitária, diz. "Há no Brasil

nível de retenções sobre a fonte que não encontra par na experiência internacional e que de alguma forma já contempla a pretensão arrecadatória do Estado brasileiro. Se pensarmos num digital Service tax nesse momento, haverá naturalmente resistência dos contribuintes."

O estudo do Observatório Europeu mostra que o pilar 1 poderia trazer aumento de receita tributária líquida agregada de 5,7 bilhões em 2020 a 10,9 bilhões em 2022, caso o acordo estivesse válido nesses períodos. Para o Brasil, a estimativa de impacto varia de 77,1 milhões a 86,1 milhões considerado a média de 2021 a 2022. Para 2025, a projeção é de 207 milhões a 259 milhões - perto de R\$ 1,3 bilhão a R\$ 1,6 bilhão anuais -, conforme o universo de países considerados.

O levantamento também mostra que os Estados Unidos teriam ganho líquido de receita tributária, mas o tema é mais complexo, aponta Galendi. "No fim do dia, o que o pilar 1 faz é realocar o direito de tributar lucros de empresas entre jurisdições. As empresas que serão objeto desta realocação são majoritariamente sediadas nos EUA. O Tesouro Americano estima que mais de 50% das empresas sujeitas ao pilar 1 sejam americanas. Portanto, o lucro cuja tributação está sendo realocada é majoritariamente de empresas americanas. Ao fim e ao cabo, o projeto aumenta a jurisdição tributária de outros países sobre os negócios americanos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187998?page=1§ion=1>

Facultativo, voto do idoso pode ser decisivo

» VINICIUS DORIA | » LUIZ CARLOS AZEDO

Amanhã, 1º de outubro, serão celebrados o Dia Nacional do Idoso (que comemora os 21 anos do Estatuto do Idoso) e o Dia Internacional da Terceira Idade (instituído pelas Nações Unidas), ambos com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para as demandas e necessidades dessa parcela da população. No Brasil, a mudança do formato da pirâmide etária revelada pelo Censo de 2022, com o aumento da população adulta, tem impacto direto no perfil do eleitorado que vai às urnas no próximo domingo.

O voto, aqui, é obrigatório, exceto para quem é analfabeto, tem 16 e 17 anos de idade ou mais de 70 anos. Esses eleitores não precisam justificar ausência nas votações nem sofrem qualquer tipo de penalidade por parte da Justiça Eleitoral caso decidam não participar do pleito.

O candidato a prefeito ou vereador que não dá atenção, principalmente, ao grupo de eleitores da terceira idade, está abdicando de um cesto de votos em que cabem quase 10% do eleitorado brasileiro - 10 vezes mais do que o da faixa etária de 16/17 anos registrada para votar no próximo domingo.

A quantidade de eleitores seniores é expressiva e pode decidir um pleito, principalmente, nas cidades em que a disputa está mais acirrada, como São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza.

"O voto desse segmento pode ser determinante em alguns cenários, em que a eleição tem três ou mais candidatos competitivos brigando para chegar ao segundo turno. Qualquer voto a mais pode fazer diferença. Nesses cenários, o comparecimento dos idosos, que são milhões, podem, de fato, definir uma eleição", avalia o cientista político e especialista em eleições Leandro Gabiati, diretor da Dominium Consultoria.

Para o primeiro turno, daqui a uma semana, há mais de 14 milhões de pessoas com 70 anos ou mais em condição de votar, um crescimento de 9,02% em relação ao pleito municipal de 2020.

Para comparar, o Brasil tem 1,5 milhão de adolescentes aptos. A maior parte dos eleitores veteranos está na Região Sudeste: são 7,3 milhões de pessoas, 11% da população votante. Na sequência, vem o Nordeste, com 3,7 milhões (8,5%); o Sul, com

2,8 milhões (10,7%); o Norte, com 843,6 mil (6,4%); e o Centro-Oeste, com 793 mil (8,1% da região).

Por estado, São Paulo lidera com 3,4 milhões de eleitores com mais de 70 anos, seguido por Minas Gerais (1,8 milhão) e Rio de Janeiro (1,7 milhão). Roraima, Amapá e Acre apresentam os menores números absolutos: 22 mil, 30 mil e 38,8 mil, respectivamente.

Por faixas etárias, 10,3 milhões têm entre 70 e 79 anos. Na faixa imediatamente acima, de 80 a 89 anos, são 3,6 milhões. Acima dos 90, são mais 1,1 milhão de eleitores, incluindo quase 214 mil brasileiros e brasileiras que passaram dos 100 anos. No recorte de gênero, as mulheres formam uma ampla maioria nesse grupo dos idosos, com 8,5 milhões em condições de votar, contra 6,6 milhões de homens.

Sem propostas O problema é que os candidatos mais competitivos, em geral, não dedicam muita atenção aos idosos na hora de fazer promessas.

Para Leandro Gabiati, esse é um erro de quem está na disputa eleitoral. "Um candidato a prefeito ou vereador pode propôr mais espaços comunitários, como academias ao ar livre, tem a questão da mobilidade, da infraestrutura para que esse eleitor possa se locomover de forma segura nas ruas, (a questão da) iluminação pública, há uma variedade importante (de medidas) em que os candidatos podem cativar esse eleitorado", diz o analista político.

Mas não é isso que se vê no atual debate político, ainda contaminado pela polarização ideológica. Por outro lado, essa falta de propostas abre espaço para quem enxerga nessa parcela da população uma oportunidade de ampliar suas intenções de voto. "Infelizmente, as discussões sobre políticas públicas estão ficando em segundo plano, mas um candidato inteligente que souber elaborar uma plataforma de propostas importantes pode, eventualmente, chamar a atenção dessa faixa do eleitorado e obter um apoio que, em eleições mais acirradas, faz a diferença", lamenta Gabiati.

Em alguns estados, como o Paraná, tribunais regionais eleitorais e outras instituições estão incentivando os eleitores mais velhos a exercer o direito de voto.

Para o desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, presidente do TRE-PR, "o idoso não pode se omitir

porque o voto representa a cidadania, é importante para ele votar, marcar sua presença e participar da sociedade". Em algumas cidades, como Ponta Grossa, os cartórios eleitorais vão montar seções de votação em casas de longa permanência para idosos, para permitir que os residentes votem sem sair da instituição, no âmbito do programa "Cidadania plena - Todo voto importa", da Corte paranaense.

No Piauí, o Ministério Público recomendou, na semana passada, às instituições de longa permanência que assegurem aos residentes transporte e, se for preciso, acompanhantes. Muitos cartórios eleitorais também vêm promovendo palestras, desde o ano passado, sobre o assunto. "Ainda que, perante a lei, os idosos não precisem votar, é importante escolher candidatos e candidatas que estejam comprometidos com as causas desse perfil do eleitorado.

A política não deixa de fazer parte da vida depois que chegamos na terceira idade", explica o chefe do cartório eleitoral de Primavera do Leste, em Mato Grosso, Rodrigo Filippini.

Fake news Os eleitores idosos têm que tomar cuidado, porém, com as informações falsas que circulam nas redes sociais sobre as eleições do dia 6. Uma das fake news mais compartilhadas mostra um suposto aviso do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que informa que o voto serve de prova de vida para o **INSS**. O presidente do instituto, Alessandro Stefanutto, alertou que cabe apenas ao **INSS** "comprovar que o beneficiário está vivo". Para isso, recebemos dados de outros órgãos públicos federais, preferencialmente biométricos, para realizar cruzamento de informações de cidadãos e cidadãs. Essas informações são cruzadas com outras que constam na base do governo federal", explicou o presidente.

Em março, o Ministério da **Previdência Social** editou uma portaria que impede, até 31 de dezembro, o bloqueio de pagamentos de benefícios a quem não apresentar prova de vida. "Não há motivo para pânico ou correria aos bancos para fazer prova de vida", disse Stefanutto.

-

2º turno indefinido em SP

A reta final da disputa eleitoral em São Paulo é marcada pela volatilidade.

Essa fase da campanha é aquela na qual a disputa eleitoral sai completamente do controle isolado de seus protagonistas, com efetiva mobilização dos eleitores e sujeita a imprevistos. A disputa mais provável seria entre o prefeito Ricardo Nunes (MDB),

que disputa a reeleição e conta com o maior volume de campanha - tempo de televisão, número de vereadores, ocupação de espaços públicos com propaganda eleitoral -, porém, há três pesquisas Datafolha se mantém com 27% de intenções de votos, e Guilherme Boulos (PSol), na segunda colocação, com 25%. Logo atrás, na terceira posição, vem Pablo Marçal (PRTB), com 21%. Tabata Amaral (PSB), com 9%, teve ligeira recuperação; e José Luiz Datena (PSDB), manteve-se com 6%.

Entretanto, havia um movimento de queda de Boulos e uma recuperação de Marçal, o que aumentou a indefinição sobre o pleito, uma vez que se esperava, nas campanhas de seus adversários, que a disputa estivesse consolidada entre o prefeito e candidato de esquerda. A incógnita é como se comportarão os eleitores que estavam indecisos nesta reta final e, sobretudo, o contingente insondável de voto silencioso na classe média e na periferia de São Paulo.

Tradicionalmente, os eleitores da periferia - principalmente da Zona Leste - formavam uma onda a favor dos candidatos do PT. Mas isso pode não se repetir por causa do poder de atração de Marçal, um outsider antissistema, com forte influência nas redes sociais, que se destacou pela virulência nos debates, mas parece ter ajustado o discurso, durante o debate do último sábado, na TV Record. Como se sabe, Marçal levou uma cadeirada de Datena no debate da TV Cultura, depois de agredi-lo verbalmente, e seu assessor Nahuel Medina agrediu com um soco o marqueteiro de campanha de Nunes, Duda Lima, no debate do Flow Podcast.

Na Record, houve confrontos diretos e 11 pedidos de resposta negados pelos organizadores, que aparafusaram mesas e cadeiras, por precaução.

Não houve agressões.

Perde-perde Embates nas sabatinas vão parar nas redes sociais e viram memes, o que acaba ampliando sua repercussão para além das bolhas dos candidatos. Entretanto, pode ser um jogo de perde-perde. Marçal não conta mais com sua principal ferramenta neste terreno, o X (antigo Twitter), tirado do ar por decisão de Alexandre Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), devidamente referendada pela Corte. Entretanto, o WhatsApp é a parte submersa de um iceberg nas redes sociais, difícil de ser mensurada, principalmente porque as campanhas se estruturaram, profissionalmente, para utilizar esses recursos.

Outra variável importante da disputa eleitoral é a rejeição dos candidatos. Segundo a pesquisa Quaest/TV Globo divulgada ontem, Nunes tem maior

potencial de voto (48%) que Boulos (36%) e Marçal (32%), e menor rejeição que os dois (39% ante 50% de Boulos e de Marçal). A margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

Entretanto, esse aspecto da eleição é mais decisivo no segundo turno, entre os que forem mais votados no próximo domingo.

Quem ficará de fora? Essa dúvida não existia na campanha de Boulos, mas agora passou a existir por causa da recuperação de Marçal. Parecia superada na campanha de Nunes, mas também voltou à ordem do dia por causa da estagnação nas pesquisas. Se o ex-coach continuar crescendo, tudo pode acontecer. O peso das estruturas administrativas da prefeitura e do governo estadual, devido apoio do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), nestas eleições, favorece bastante a candidatura de Nunes.

Um exemplo claro é o aumento significativo da presença de policiais na região central de São Paulo, por causa da epidemia de roubos de celulares. Entretanto, a influência do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) quase se anula, porque seus eleitores se dividiram entre Nunes e Marçal.

Nas urnas

Qual é a ordem de votação nas eleições municipais de 2024?

As eleições de 2024 ocorrem no dia 6 de outubro. Neste ano, os eleitores de mais de 5.569 municípios farão a escolha para prefeitos e vereadores que assumirão as funções entre os anos de 2025 e 2028. Segundo a legislação eleitoral, o processo de votação se inicia pela escolha do vereador ou da vereadora.

Em seguida, o eleitor opta pelo prefeito ou pela prefeita que quer ter na cidade.

1º voto: vereador O número correspondente a cada candidatura de vereador é composto por cinco dígitos, sendo os dois primeiros referentes ao partido político e os três seguintes ao candidato. É possível votar somente em um candidato.

Após pressionar os cinco números para o cargo de vereador no teclado da urna eletrônica, a imagem do candidato ou da candidata será exibida para confirmação.

Em caso de erro, é possível corrigir pressionando a tecla "CORRIGE", nesse caso, o voto será reiniciado e os dígitos anteriores serão desconsiderados.

Após verificar se está de acordo com a escolha, o

eleitor deve pressionar a tecla "CONFIRMA" no teclado.

Caso o votante queira apenas escolher a legenda, após informar o número do partido, com dois dígitos, basta realizar a confirmação. Nessa opção, o voto será direcionado para a sigla, e não para um candidato específico.

O objetivo desse sistema é fortalecer os partidos políticos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

2º voto: prefeito Na sequência, será o momento de votar para o cargo de prefeito.

Não é preciso selecionar quem será o vice, uma vez que a escolha é válida para ambos, já que formam uma chapa. O número para prefeito é composto por dois dígitos.

Após pressionar os dois números para o cargo de prefeito no teclado da urna eletrônica, o eleitor deve conferir a imagem, o número, a sigla do partido e o nome do vice na tela.

Em caso de erro, é possível corrigir pressionando a tecla "CORRIGE", nesse caso, o voto será reiniciado e os dígitos anteriores serão desconsiderados.

Após verificar se está de acordo com a escolha, o eleitor deve pressionar a tecla "CONFIRMA" no teclado.

Quando o eleitor apertar a tecla "CONFIRMA" após votar para o cargo de prefeito, a votação será encerrada, o voto será computado e a pessoa poderá deixar a cabine.

O Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibiliza um simulador de votação, que permite aos eleitores treinarem o passo a passo da ordem de votação que será realizada na cabine. A página funciona a partir de um banco de candidatos e partidos fictícios para fins didáticos.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6466/29-09-2024.html?all=1>

Envelhecimento populacional: tema que não deve fugir ao debate eleitoral (Artigo)

PEDRO HUDSON CORDEIRO Professor do *Ibmec-BH* e mestre em demografia

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 156 milhões de brasileiros estão aptos a ir às urnas neste ano para escolher os prefeitos e vereadores de seus respectivos municípios para os próximos quatro anos. As demandas que os candidatos tentam responder ao longo da campanha passam por áreas clássicas, como educação, saúde, segurança, emprego e infraestrutura. Dentro dessas questões há um tema que quase sempre passa despercebido no debate político, mas é de extrema importância para a sociedade: o envelhecimento populacional.

Dados divulgados na última semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o Brasil segue com um rápido ritmo de envelhecimento, fenômeno verificado na maioria dos países do mundo e que tem trazido grandes desafios socioeconômicos em nações como Japão e Itália. Como apontam matérias recentes da Folha de S.Paulo sobre esses dados, o Brasil está se tornando um país idoso: projeções indicam que, além do decréscimo populacional que se deve verificar a partir de 2040, os idosos serão o maior grupo etário em 2070, evoluindo dos atuais 15,6% para 38% da população nas próximas décadas. O envelhecimento dos eleitores também é uma realidade: a proporção do eleitorado com mais de 60 anos tem aumentado e pensar em propostas que atendam à demanda desse grupo em crescimento é fundamental para o bem-estar da sociedade como um todo. Nesse sentido, três questões merecem destaque com relação à governança dos municípios frente ao envelhecimento: saúde, previdência e acessibilidade

A demanda de serviços de saúde por parte dos idosos é diferente da de crianças e adultos, sendo caracterizada pela prevalência de doenças crônico-degenerativas, como diabetes, hipertensão, câncer e Alzheimer, bem como pela maior utilização de leitos hospitalares. O tratamento das citadas doenças é bastante dispendioso e, considerando que apenas % dos brasileiros possuem plano de saúde, essa demanda tende a se concentrar no sistema público, se tornando um desafio para os gestores a conciliação de melhorias no setor aos crescentes gastos com essas enfermidades.

Com relação à previdência, 38% dos municípios possuem Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS), sendo responsáveis por organizar a previdência dos seus servidores ativos, inativos e pensionistas. Em um cenário em que o número de aposentados avança rapidamente (acompanhado da redução no número de funcionários ativos contribuintes), os gastos dos municípios com o RPPS irão crescer, disputando espaço com outras áreas fundamentais, como saúde e educação, implicando em maiores desafios na gestão do orçamento municipal. Considerando que 90% dos brasileiros dependem da previdência pública, reformas nos RPPS municipais se mostram imperativas para garantir maior sustentabilidade do sistema. Como a saúde, a questão previdenciária afeta diretamente a alocação dos recursos municipais e deve ser debatida com maturidade entre candidatos e eleitores, sem ignorar a realidade: a manutenção desses serviços tem um custo crescente e não existe mágica para financiá-los.

Com relação à acessibilidade, os idosos têm saído cada vez mais de casa para trabalhar e frequentar atividades sociais. Nesse sentido, o aumento na circulação desse grupo, que tende a ter mais dificuldade de locomoção, exige uma adaptação no acesso às vias públicas, transporte coletivo e estabelecimentos governamentais, possibilitando que os idosos possam se locomover com mais segurança e autonomia. Garantir acessibilidade é fundamental para que a "melhor idade" possa vivenciar a cidade e desfrutar de seus espaços como qualquer cidadão mais jovem.

A realidade bate à porta: os brasileiros estão envelhecendo e o país tem que encarar os desafios socioeconômicos desse fenômeno. Envelhecer não deve ser considerado um fardo, mas sim a oportunidade de desfrutar novas experiências. Para que isso ocorra de forma saudável para a sociedade, o tema deve entrar no debate eleitoral e ser incorporado às demandas do eleitor.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

STF rejeita recurso contra "revisão da vida toda"

O Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou na sexta-feira a sessão em plenário virtual que avaliava dois recursos contra a "revisão da vida toda" de aposentados do **INSS**, uma causa com potencial impacto bilionário nas contas do governo. O placar final ficou em sete votos contrários e quatro favoráveis aos recursos.

Com a decisão, a Corte veda a revisão de aposentadorias de trabalhadores que começaram a contribuir antes do Plano Real, em 1994, e se aposentaram após 1999. A tese que dava sustentação à "revisão da vida toda" era a de que o aposentado tinha direito a optar pela regra que fosse mais vantajosa para ele: seja a regra da transição, que contabilizava os salários a partir de 1994, seja a regra geral, que considerava toda a vida contributiva.

Desde o dia 20, quando a sessão virtual foi iniciada, já havia um placar majoritariamente contrário aos recursos apresentados pelo Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM).

Além do relator, ministro Kassio Nunes Marques, os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso votaram para negar os recursos. O ministro Alexandre de Moraes abriu divergência a favor dos aposentados e foi seguido por Edson Fachin, Dias Toffoli e André Mendonça.

Os recursos, chamados de embargos de declaração, pleiteavam modulação da decisão proferida pela Corte em março contra a "revisão da vida toda". Para o ministro relator, Kássio Nunes Marques, não cabe modulação de efeitos para preservar o direito à revisão das aposentadorias a quem já tinha ações ajuizadas antes do julgamento. Ele foi seguido por seis ministros da Corte.

A integridade do sistema previdenciário foi um dos pontos destacados nos votos dos ministros que votaram pela anulação da tese. -

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240930&edicao=30433>

Folha de pagamento do INSS será leiloadada entre bancos

São Paulo - O Ministério da **Previdência Social** e o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deram início ao processo de leilão que vai escolher os bancos para gerenciarem a folha de pagamento do instituto a partir de 2025. O contrato tem duração de quatro anos e termina em 2029.

A partir de 2 de janeiro de 2025, as instituições bancárias que fazem o pagamento de benefícios terão uma vantagem na oferta e contratação de crédito consignado para novos aposentados e pensionistas do órgão.

Deixará de valer o bloqueio de 90 dias para empréstimos do tipo, mas apenas nesses bancos.

A medida provocou reações do setor de correspondentes bancários, com 400 mil trabalhadores, que deve ficar de fora do certame.

O leilão vai até o dia 22 de outubro, com propostas entregues de forma presencial, em Brasília (Distrito Federal) ou pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. A sessão de divulgação dos ganhadores será às 10h.

Atualmente, seis bancos detêm os direitos sobre a folha de pagamento da Previdência.

Santander, Mercantil do Brasil, Itaú, Agibank, BMG e Crefisa ganharam o leilão do órgão em 2019.

O fim do bloqueio do benefício para crédito consignado nos primeiros 90 dias acaba com medida que vigora desde antes de 2019, quando a regra foi estabelecida para exterminar o assédio de bancos e demais instituições a recém-aposentados.

A decisão de acabar com essa trava apenas para os bancos parceiros tem como objetivo oferecer um diferencial a quem ganhar o leilão, segundo o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto. Atualmente, os bancos que têm acesso à folha de pagamento do instituto pagam R\$ 6 bilhões por ano.

"Foi uma decisão colegiada, a qual eu apoio. É importante que a gente valorize esse ativo, que é a folha para pagar benefícios.

Como posso valorar, se tem regras iguais para quem

não participou do leilão?", diz.

Normativa publicada em 30 de agosto permite que o novo aposentado ou pensionista possa contratar com as demais instituições a partir do 91º dia. Segundo Stefanutto, por ser uma medida apenas para novos segurados, não há interferência na livre concorrência do mercado, que hoje movimentava valores de mais de R\$ 200 bilhões.

O **INSS** também alega que a medida deve diminuir o assédio a aposentados. Em nota, o instituto afirma que a regra atingirá apenas novos beneficiários. Os demais seguem com a norma em vigor atualmente.

Ações no Judiciário - O ministro Luis Felipe Salomão, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), avalia que a iniciativa deve refletir no número de ações que chegam ao Judiciário, diminuindo a abertura de processos, já que limita o total de instituições que podem "assediar" o aposentado.

"A medida reduz o risco de abordagem por parte de instituições financeiras, dando tempo para que os beneficiários compreendam melhor sua situação financeira antes de contrair dívidas", afirma.

"Paralelamente a isso, a proteção impacta no número de ações judiciais relacionadas a empréstimos consignados, que têm crescido substancialmente nos últimos anos. E a maioria desses processos envolve alegações de fraude, contratações indevidas ou abuso econômico", diz.

O STJ foi sede, na última quinta-feira (26) de 1º Seminário Nacional de Crédito Consignado promovido pela Revista Justiça e Cidadania.

(Cristiane Gercina/Folhapress)

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-28-a-30-09-2024/>

Aposentadoria para pessoas com deficiência tem regras especiais

CAIO PRATES

A aposentadoria para pessoas com deficiência é uma modalidade especial concedida pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que garante benefícios a trabalhadores com limitações físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo.

De acordo com especialistas, o benefício é direcionado a trabalhadores que possuem diferentes graus de deficiência - leve, moderada ou grave. "Para pessoas com deficiência que contribuem para a **Previdência Social**, há a possibilidade de se aposentar com menos tempo de contribuição, dependendo do grau da deficiência", explica Michelly Stephanny Rodrigues Costa, advogada do escritório Stuchi Advogados. Ela destaca que o tempo de contribuição pode variar: 25 anos para deficiência leve, 20 anos para moderada e 15 anos para severa.

"Os critérios são menos rigorosos em comparação às exigências para pessoas sem deficiência", completa.

Os requisitos para a aposentadoria por idade para pessoas com deficiência incluem uma idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, além de um tempo mínimo de contribuição na condição de PCD (Pessoa Com Deficiência).

Para a aposentadoria por tempo de contribuição, as exigências variam conforme o grau da deficiência. Para a leve, são necessários 33 anos de contribuição para homens e 28 para mulheres; moderada exige 29 anos para homens e 24 para mulheres; e deficiência grave requer 25 anos para homens e 20 para mulheres.

João Badari, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, destaca a importância da perícia médica para análise do grau de deficiência.

"A perícia no **INSS**, que deve ser agendada previamente, é essencial. Além de confirmar a existência da deficiência, o perito definirá o grau da mesma. É importante que o solicitante tenha em mãos todos os laudos médicos que comprovem sua condição", orienta o advogado.

Mesmo com a Reforma da Previdência de 2019, que acabou com a aposentadoria por tempo de

contribuição para a maioria dos trabalhadores e tornou os requisitos mais rigorosos, as regras para aposentadoria da pessoa com deficiência não foram alteradas. "Foi um dos raros acertos da Reforma da Previdência. O texto manteve tanto as regras da aposentadoria por idade quanto por tempo de contribuição para pessoas com deficiência.

Dessa forma, as mudanças não afetaram os PCDs que buscam a aposentadoria", comenta Badari.

O cálculo do valor do benefício varia entre as modalidades de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição, explica Michelly Costa. "Na aposentadoria por idade é aplicada uma média aritmética dos 80% maiores salários, com um redutor de 70%, mais 1% por ano de contribuição. Já na aposentadoria por tempo de contribuição, a média também considera os 80% maiores salários, mas sem o redutor de 70%. O fator previdenciário pode ser aplicado, caso seja mais vantajoso".

Para solicitar a aposentadoria, o trabalhador pode acessar o Portal Meu **INSS** ou ligar para o telefone 135. O processo inclui o agendamento da perícia médica, que avalia o grau de deficiência, e a apresentação dos documentos comprobatórios.

Caso a aposentadoria por deficiência seja negada, João Badari orienta que é possível recorrer tanto administrativamente quanto judicialmente.

"Se o pedido for indeferido, o segurado pode apresentar recurso administrativo ao **INSS** dentro do prazo de 30 dias para revisão da decisão. Se o recurso também for negado, é possível ingressar com uma ação judicial para contestar a decisão", conclui.

Site: <https://www.dgabc.com.br>

Sem obrigação de votar, idosos podem decidir eleições no próximo domingo

Vinicius Doria

+

Amanhã, 1º de outubro, serão celebrados o Dia Nacional do Idoso (que comemora os 21 anos do Estatuto do Idoso) e o Dia Internacional da Terceira Idade (instituído pelas Nações Unidas), ambos com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para as demandas e necessidades dessa parcela da população. No Brasil, a mudança do formato da pirâmide etária revelada pelo Censo de 2022, com o aumento da população adulta, tem impacto direto no perfil do eleitorado que vai às urnas no próximo domingo. O voto, aqui, é obrigatório, exceto para quem é analfabeto, tem 16 e 17 anos de idade ou mais de 70 anos. Esses eleitores não precisam justificar ausência nas votações nem sofrem qualquer tipo de penalidade por parte da Justiça Eleitoral caso decidam não participar do pleito.

O candidato a prefeito ou vereador que não dá atenção, principalmente, ao grupo de eleitores da terceira idade, está abdicando de um cesto de votos em que cabem quase 10% do eleitorado brasileiro - 10 vezes mais do que o da faixa etária de 16/17 anos registrada para votar no próximo domingo. A quantidade de eleitores seniores é expressiva e pode decidir um pleito, principalmente, nas cidades em que a disputa está mais acirrada, como São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza.

O voto desse segmento pode ser determinante em alguns cenários, em que a eleição tem três ou mais candidatos competitivos brigando para chegar ao segundo turno. Qualquer voto a mais pode fazer diferença. Nesses cenários, o comparecimento dos idosos, que são milhões, podem, de fato, definir uma eleição, avalia o cientista político e especialista em eleições Leandro Gabiati, diretor da Dominion Consultoria.

Para o primeiro turno, daqui a uma semana, há mais de 14 milhões de pessoas com 70 anos ou mais em condição de votar, um crescimento de 9,02% em relação ao pleito municipal de 2020. Para comparar, o Brasil tem 1,5 milhão de adolescentes aptos. A maior parte dos eleitores veteranos está na Região Sudeste: são 7,3 milhões de pessoas, 11% da população votante. Na sequência, vem o Nordeste, com 3,7 milhões (8,5%); o Sul, com 2,8 milhões (10,7%); o Norte, com 843,6 mil (6,4%); e o Centro-Oeste, com

793 mil (8,1% da região).

Por estado, São Paulo lidera com 3,4 milhões de eleitores com mais de 70 anos, seguido por Minas Gerais (1,8 milhão) e Rio de Janeiro (1,7 milhão). Roraima, Amapá e Acre apresentam os menores números absolutos: 22 mil, 30 mil e 38,8 mil, respectivamente.

Por faixas etárias, 10,3 milhões têm entre 70 e 79 anos. Na faixa imediatamente acima, de 80 a 89 anos, são 3,6 milhões. Acima dos 90, são mais 1,1 milhão de eleitores, incluindo quase 214 mil brasileiros e brasileiras que passaram dos 100 anos. No recorte de gênero, as mulheres formam uma ampla maioria nesse grupo dos idosos, com 8,5 milhões em condições de votar, contra 6,6 milhões de homens.

O problema é que os candidatos mais competitivos, em geral, não dedicam muita atenção aos idosos na hora de fazer promessas. Para Leandro Gabiati, esse é um erro de quem está na disputa eleitoral. Um candidato a prefeito ou vereador pode propôr mais espaços comunitários, como academias ao ar livre, tem a questão da mobilidade, da infraestrutura para que esse eleitor possa se locomover de forma segura nas ruas, (a questão da) iluminação pública, há uma variedade importante (de medidas) em que os candidatos podem cativar esse eleitorado, diz o analista político.

Mas não é isso que se vê no atual debate político, ainda contaminado pela polarização ideológica. Por outro lado, essa falta de propostas abre espaço para quem enxerga nessa parcela da população uma oportunidade de ampliar suas intenções de voto. Infelizmente, as discussões sobre políticas públicas estão ficando em segundo plano, mas um candidato inteligente que souber elaborar uma plataforma de propostas importantes pode, eventualmente, chamar a atenção dessa faixa do eleitorado e obter um apoio que, em eleições mais acirradas, faz a diferença, lamenta Gabiati.

Em alguns estados, como o Paraná, tribunais regionais eleitorais e outras instituições estão incentivando os eleitores mais velhos a exercer o direito de voto. Para o desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, presidente do TRE-PR, o idoso não pode se omitir porque o voto representa a cidadania, é

importante para ele votar, marcar sua presença e participar da sociedade. Em algumas cidades, como Ponta Grossa, os cartórios eleitorais vão montar seções de votação em casas de longa permanência para idosos, para permitir que os residentes votem sem sair da instituição, no âmbito do programa Cidadania plena - Todo voto importa, da Corte paranaense.

No Piauí, o Ministério Público recomendou, na semana passada, às instituições de longa permanência que assegurem aos residentes transporte e, se for preciso, acompanhantes. Muitos cartórios eleitorais também vêm promovendo palestras, desde o ano passado, sobre o assunto. Ainda que, perante a lei, os idosos não precisem votar, é importante escolher candidatos e candidatas que estejam comprometidos com as causas desse perfil do eleitorado. A política não deixa de fazer parte da vida depois que chegamos na terceira idade, explica o chefe do cartório eleitoral de Primavera do Leste, em Mato Grosso, Rodrigo Filippini.

Os eleitores idosos têm que tomar cuidado, porém, com as informações falsas que circulam nas redes sociais sobre as eleições do dia 6. Uma das fake news mais compartilhadas mostra um suposto aviso do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que informa que o voto serve de prova de vida para o **INSS**. O presidente do instituto, Alessandro Stefanutto, alertou que cabe apenas ao **INSS** comprovar que o beneficiário está vivo. Para isso, recebemos dados de outros órgãos públicos federais, preferencialmente biométricos, para realizar cruzamento de informações de cidadãos e cidadãs. Essas informações são cruzadas com outras que constam na base do governo federal, explicou o presidente.

Em março, o Ministério da **Previdência Social** editou uma portaria que impede, até 31 de dezembro, o bloqueio de pagamentos de benefícios a quem não apresentar prova de vida. Não há motivo para pânico ou correria aos bancos para fazer prova de vida, disse Stefanutto.

Amanhã, 1º de outubro, serão celebrados o Dia Nacional do Idoso (que comemora os 21 anos do Estatuto do Idoso) e o Dia Internacional da Terceira Idade (instituído pelas Nações Unidas), ambos com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para as demandas e necessidades dessa parcela da população. No Brasil, a mudança do formato da pirâmide etária revelada pelo Censo de 2022, com o aumento da população adulta, tem impacto direto no perfil do eleitorado que vai às urnas no próximo domingo. O voto, aqui, é obrigatório, exceto para quem é analfabeto, tem 16 e 17 anos de idade ou mais de 70 anos. Esses eleitores não precisam justificar ausência

nas votações nem sofrem qualquer tipo de penalidade por parte da Justiça Eleitoral caso decidam não participar do pleito.

O candidato a prefeito ou vereador que não dá atenção, principalmente, ao grupo de eleitores da terceira idade, está abdicando de um cesto de votos em que cabem quase 10% do eleitorado brasileiro - 10 vezes mais do que o da faixa etária de 16/17 anos registrada para votar no próximo domingo. A quantidade de eleitores seniores é expressiva e pode decidir um pleito, principalmente, nas cidades em que a disputa está mais acirrada, como São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza.

O voto desse segmento pode ser determinante em alguns cenários, em que a eleição tem três ou mais candidatos competitivos brigando para chegar ao segundo turno. Qualquer voto a mais pode fazer diferença. Nesses cenários, o comparecimento dos idosos, que são milhões, podem, de fato, definir uma eleição, avalia o cientista político e especialista em eleições Leandro Gabiati, diretor da Dominium Consultoria.

Para o primeiro turno, daqui a uma semana, há mais de 14 milhões de pessoas com 70 anos ou mais em condição de votar, um crescimento de 9,02% em relação ao pleito municipal de 2020. Para comparar, o Brasil tem 1,5 milhão de adolescentes aptos. A maior parte dos eleitores veteranos está na Região Sudeste: são 7,3 milhões de pessoas, 11% da população votante. Na sequência, vem o Nordeste, com 3,7 milhões (8,5%); o Sul, com 2,8 milhões (10,7%); o Norte, com 843,6 mil (6,4%); e o Centro-Oeste, com 793 mil (8,1% da região).

Por estado, São Paulo lidera com 3,4 milhões de eleitores com mais de 70 anos, seguido por Minas Gerais (1,8 milhão) e Rio de Janeiro (1,7 milhão). Roraima, Amapá e Acre apresentam os menores números absolutos: 22 mil, 30 mil e 38,8 mil, respectivamente.

Por faixas etárias, 10,3 milhões têm entre 70 e 79 anos. Na faixa imediatamente acima, de 80 a 89 anos, são 3,6 milhões. Acima dos 90, são mais 1,1 milhão de eleitores, incluindo quase 214 mil brasileiros e brasileiras que passaram dos 100 anos. No recorte de gênero, as mulheres formam uma ampla maioria nesse grupo dos idosos, com 8,5 milhões em condições de votar, contra 6,6 milhões de homens.

O problema é que os candidatos mais competitivos, em geral, não dedicam muita atenção aos idosos na hora de fazer promessas. Para Leandro Gabiati, esse é um erro de quem está na disputa eleitoral. Um candidato a prefeito ou vereador pode propôr mais

espaços comunitários, como academias ao ar livre, tem a questão da mobilidade, da infraestrutura para que esse eleitor possa se locomover de forma segura nas ruas, (a questão da) iluminação pública, há uma variedade importante (de medidas) em que os candidatos podem cativar esse eleitorado, diz o analista político.

Mas não é isso que se vê no atual debate político, ainda contaminado pela polarização ideológica. Por outro lado, essa falta de propostas abre espaço para quem enxerga nessa parcela da população uma oportunidade de ampliar suas intenções de voto. Infelizmente, as discussões sobre políticas públicas estão ficando em segundo plano, mas um candidato inteligente que souber elaborar uma plataforma de propostas importantes pode, eventualmente, chamar a atenção dessa faixa do eleitorado e obter um apoio que, em eleições mais acirradas, faz a diferença, lamenta Gabiati.

Em alguns estados, como o Paraná, tribunais regionais eleitorais e outras instituições estão incentivando os eleitores mais velhos a exercer o direito de voto. Para o desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, presidente do TRE-PR, o idoso não pode se omitir porque o voto representa a cidadania, é importante para ele votar, marcar sua presença e participar da sociedade. Em algumas cidades, como Ponta Grossa, os cartórios eleitorais vão montar seções de votação em casas de longa permanência para idosos, para permitir que os residentes votem sem sair da instituição, no âmbito do programa Cidadania plena - Todo voto importa, da Corte paranaense.

No Piauí, o Ministério Público recomendou, na semana passada, às instituições de longa permanência que assegurem aos residentes transporte e, se for preciso, acompanhantes. Muitos cartórios eleitorais também vêm promovendo palestras, desde o ano passado, sobre o assunto. Ainda que, perante a lei, os idosos não precisem votar, é importante escolher candidatos e candidatas que estejam comprometidos com as causas desse perfil do eleitorado. A política não deixa de fazer parte da vida depois que chegamos na terceira idade, explica o chefe do cartório eleitoral de Primavera do Leste, em Mato Grosso, Rodrigo Filippini.

Os eleitores idosos têm que tomar cuidado, porém, com as informações falsas que circulam nas redes sociais sobre as eleições do dia 6. Uma das fake news mais compartilhadas mostra um suposto aviso do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que informa que o voto serve de prova de vida para o **INSS**. O presidente do instituto, Alessandro Stefanutto, alertou que cabe apenas ao **INSS** comprovar que o beneficiário está

vivo. Para isso, recebemos dados de outros órgãos públicos federais, preferencialmente biométricos, para realizar cruzamento de informações de cidadãos e cidadãs. Essas informações são cruzadas com outras que constam na base do governo federal, explicou o presidente.

Em março, o Ministério da **Previdência Social** editou uma portaria que impede, até 31 de dezembro, o bloqueio de pagamentos de benefícios a quem não apresentar prova de vida. Não há motivo para pânico ou correria aos bancos para fazer prova de vida, disse Stefanutto.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/09/6953543-sem-obrigacao-de-votar-idosos-podem-decidir-eleicoes-no-proximo-domingo.html>

Setor público tem déficit de R\$ 21,4 bi em agosto, mostra BC

Nathalia Garcia

O setor público consolidado do Brasil registrou um déficit primário de R\$ 21,4 bilhões em agosto. Os dados foram divulgados pelo Banco Central nesta segunda-feira (30).

O montante engloba os resultados de governo central - governo federal, BC e **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social)-, governos estaduais e municipais e empresas estatais (exceto os grupos Petrobras e Eletrobras).

O Tesouro Nacional ainda não divulgou o resultado primário do governo central referente ao mês de agosto devido à greve de servidores. Usualmente, os dados são publicados antes da divulgação das estatísticas fiscais do BC.

O resultado do mês passado refletiu o déficit de R\$ 22,3 bilhões do governo central. Já os governos regionais e as empresas estatais tiveram superávit de R\$ 435 milhões e R\$ 469 milhões, respectivamente.

O BC também mostrou que a dívida bruta do Brasil ficou em 78,5% do **PIB** em agosto, elevação de 0,2 ponto percentual em relação ao mês anterior.

A dívida bruta -que compreende governo federal, **INSS** e governos estaduais e municipais- é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas. A comparação é feita em relação ao **PIB** para mostrar se a dívida do governo é sustentável.

Já a dívida líquida, que desconta os ativos do governo, atingiu 62% do **PIB** no mês passado (saldo de R\$ 7 trilhões), aumento de 0,2 ponto percentual em comparação com julho.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/setor-publico-tem-deficit-de-r-214-bi-em-agosto-mostra-bc.shtml>

Idoso é dado como morto pelo INSS e está sem receber aposentadoria há quatro meses: Contas estão todas atrasadas

Por Patricia Lauris, g1 Tocantins

O aposentado de Palmas João Alves da Silva, de 71 anos, está sem receber o benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) há quatro meses. Ele foi dado como morto pelo órgão e não consegue comprovar que está vivo para reverter a situação.

O problema começou no mês de maio deste ano, quando o dinheiro, única fonte de renda de João, não caiu na conta bancária. Ele foi até a unidade do **INSS** em Palmas e foi informado que no sistema constava que ele estava morto.

Desde então, estou sem receber o meu dinheiro. Essa é minha única fonte de renda. Estou tendo que pedir dinheiro emprestado, minhas contas estão todas atrasadas, já me notificaram que meu nome está entrando no SPC e o banco todos os dias me cobra, reclamou o idoso.

O g1 pediu posicionamento ao **INSS** sobre o problema de João e aguarda resposta.

João contou que está aposentado há 16 anos e que após ter o benefício cortado, o instituto não explicou o motivo de ser dado como morto.

Outro problema foi a mudança no nome dele, que desde que começou o problema, o cadastro do idoso no **INSS** passou a ser, de forma errada, José LOPES da Silva .

Até hoje eles não arrumaram. De repente um dia entrei no site pra ver e o meu nome já estava errado. Fiz tudo o que eles me pediram pra fazer, cadastros, apresentei documentos, mas não resolveram minha situação. Agora dia 18 eles falaram que o meu processo estava em análise e que dentro de 25 dias eles davam outro posicionamento. O problema é que todas vezes que eu vou lá eles falam a mesma coisa, mas nunca acontece nada, lamentou João, sem saber quando vai conseguir o benefício de volta.

LEIA TAMBÉM:

Criminosos usaram dados de várias pessoas para

abrir contas e causar prejuízo de R\$ 1 milhão em bancoForça Nacional vai reforçar segurança de cidades do Tocantins durante as Eleições 2024Homem tenta registrar perda de documentos em delegacia e acaba preso por furto

Motivos de corte de benefício

Erros de cadastro ou desatualização estão dentro dos motivos que podem levar ao corte do benefício de aposentadoria, segundo o **INSS**. Além desses, também pode ser identificados erros na documentação e preenchimentos de requerimentos, entre outros motivos.

O não comparecimento na perícia obrigatória quando solicitado também pode levar à suspensão do benefício. Já o cancelamento ocorre quando o segurado morre. No caso de ser cedido por incapacidade, ele cessa quando a pessoa volta a trabalhar, informou o órgão.

Segundo o **INSS**, caso o beneficiário não receba o dinheiro no dia certo, ele tem a opção de consultar o extrato de pagamento no site ou aplicativo Meu **INSS**, e ver se há algum bloqueio, suspensão ou cessação.

Site:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/09/30/idoso-e-dado-como-morto-pelo-inss-e-esta-sem-receber-aposentadoria-ha-quatros-meses-contas-estao-todas-atrasadas.ghtml>

Disputa de R\$ 5,7 tri entre Estado e contribuinte supera valor da Bolsa

BIANCA LIMA

A disputa tributária entre contribuintes e o Estado brasileiro atingiu R\$ 5,7 trilhões. O valor é referente a 2020 - o dado mais atualizado em meio a uma série de lacunas na prestação de informações pelos entes públicos, sobretudo os municípios.

Na época, o montante equivalia a 75% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Em termos comparativos, a cifra é superior ao valor de mercado das 371 companhias listadas na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. Juntas, elas valem R\$ 4,7 trilhões.

O montante, levantado pelo Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper, engloba disputas administrativas e judiciais de empresas e pessoas físicas nos municípios, Estados e na União, questionando a cobrança de **tributos** pelos mais variados motivos.

O número evidencia a magnitude desse problema histórico e a janela de oportunidade que o País tem com a reforma dos **tributos** sobre o consumo - os principais geradores desse contencioso, com fatia de R\$ 2 trilhões.

Essa é a avaliação dos pesquisadores Breno Vasconcelos, Carla Novo, Larissa Longo e Lorreine Messias, responsáveis pelo levantamento. O grupo vem mapeando as disputas nos tribunais brasileiros desde 2019 e atualmente está sob a coordenação de Vanessa Canado, ex-assessora especial do Ministério da Economia.

"Há uma janela de oportunidade em relação à adoção de boas práticas de administração tributária e de harmonização das interpretações", afirma Larissa Longo ao Estadão.

O estoque de ações está dado, ponderam os tributaristas, mas há expectativa de uma melhora expressiva no fluxo futuro. "É consenso que o atual sistema tem um potencial de geração de contencioso muito maior do que o novo. Até pelo fato de você tirar dos 5,5 mil municípios e dos 26 Estados e do Distrito Federal a prerrogativa de ficar legislando e concedendo benefício fiscal e regimes especiais", destaca Breno Vasconcelos.

A **reforma tributária** - promulgada pelo Congresso Nacional no fim de 2023 e pendente de regulamentação - prevê a unificação de cinco **tributos** sobre o consumo em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e um Imposto Seletivo, que incidirá sobre bens e serviços considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente. Foi a maior **reforma tributária** aprovada no País desde a ditadura militar, com impacto para os governos locais e federal.

Apesar do potencial de redução do litígio, também é consenso que a reforma tem pontos de atenção, como regras passíveis de questionamento ou sistemáticas cujo funcionamento ainda levantam dúvidas e incertezas.

Reduzir esses pontos - ou ao menos não criar novos - é o grande desafio do atual estágio da regulamentação, em debate no Congresso.

Trilionária

Cifra das pendências é maior do que o valor de mercado de todas as empresas listadas na Bolsa

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cidades inviáveis: por que tantos municípios do Brasil não conseguem se sustentar; veja a situação da sua cidade

Você já se perdeu por aqui? , brinca Augusto Manuel Mercí, 66 anos, sobre o tamanho da cidade de Borá (SP), onde ele mora e tem um bar.

O lugar é o segundo município com menor população do Brasil, com 907 habitantes, atrás de Serra da Saudade (MG), que tem 833 moradores segundo o Censo Demográfico 2022.

A cidade paulista reproduz um padrão comum aos municípios brasileiros pequenos: uma baixa geração de receitas próprias e forte dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) - uma verba para as cidades prevista na Constituição e repassada da União às prefeituras.

Em média, o FPM foi responsável por 18,5% das receitas correntes dos municípios brasileiros em 2022, de acordo com o estudo Multicidades 2024 , encomendado pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP).

Entretanto, em cidades com até 10.188 habitantes, o percentual do FPM na receita chega em média a 45,1%.

Em Borá, no ano de 2023, 66% das receitas vieram do FPM.

Em outro extremo, São Paulo, a capital do Estado onde fica Borá, tem o menor percentual no Brasil de participação do FPM na receita, 0,6%.

O FPM é apenas um dos repasses recebidos pelos municípios. Os Estados, por exemplo, também são obrigados a transferir às prefeituras parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) (leia mais abaixo).

Por ter uma atividade econômica mais pujante, cidades maiores tendem a recolher maiores volumes de **tributos** municipais e taxas: os **impostos** sobre Serviços (ISS); sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), além de contribuições de melhorias, como a Contribuição de Iluminação Pública

(Cosip).

Entretanto, há exceções no país, tanto de municípios relativamente pequenos que podem ter maior autonomia financeira, quanto os grandes, que podem ter baixa autonomia.

Segundo um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) com dados de 2022, mais da metade dos municípios brasileiros tem uma situação crítica no quesito autonomia para sustentar sua estrutura básica com a própria atividade econômica.

De 0 a 1, sendo 1 a melhor nota, a média dos municípios brasileiros foi de 0,4088 no indicador de Autonomia do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

O indicador calcula se as receitas correntes fruto da atividade econômica municipal suprem os custos de manutenção da Prefeitura e da Câmara de Vereadores.

De 5.240 cidades analisadas, 55,5% estão na pior classificação, em situação crítica ; 9,7% em situação difícil ; 9,1% em situação boa ; e 25,8% em situação excelente .

Um terço dos municípios teve nota zero - ou seja, não tiveram receitas produzidas por sua atividade econômica suficientes nem para sustentar a Prefeitura e a Câmara de Vereadores.

As regiões Nordeste (62,4%) e Norte (42,4%) têm a maior proporção de nota zero, seguidas de Sudeste (15%), Centro-Oeste (11,4%) e Sul (5,9%).

Um dos municípios brasileiros com nota zero é Borá.

Na pacata cidade do oeste paulista onde parece ser difícil se perder, os moradores e até a Prefeitura têm a esperança de aumentar a população - e com isso, agitar sua atividade econômica, hoje resumida principalmente a uma usina de açúcar e álcool, uma fábrica de ração animal e uma empresa de biotecnologia que produz itens como fertilizantes.

Augusto Manuel, dono de bar, diz que demora horas até alguém entrar em seu estabelecimento e comprar uma bala que seja. Ele não tem funcionários e complementa a renda com uma lavoura em seu sítio na cidade vizinha.

O proprietário conta que nasceu na região, viveu em Borá entre 1986 e 1993 e voltou de vez em 2013. Ele diz que não tem o que reclamar da saúde e do sossego na cidade, mas acha que ela deveria receber empreendimentos para movimentá-la, como mais fábricas ou até uma vila industrial.

Precisa trazer emprego. Hoje, o prefeito precisa dar ônibus para as pessoas trabalharem em Paraguaçu [Paulista, município vizinho, com 41 mil habitantes]. Não tem um escritório de contabilidade, não tem banco... Só tem a lotérica. Eu recebo [valores] na maquininha [de cartão] e preciso ir lá em Paraguaçu buscar o dinheiro, diz Augusto Manoel.

Borá tem uma unidade básica de saúde (UBS), uma creche e uma escola municipal. Além disso, conta com um balneário público, quadras e até uma academia municipal, com aulas gratuitas.

A babá Rayane Santana, 23 anos, frequenta a academia. Moradora de Borá desde os 3 anos, quando se mudou de Maceió (AL) com os pais, ela conta que a maioria dos amigos já saiu da pequena cidade em busca de outras oportunidades e reconhece que esse pode ser seu futuro também, embora goste da tranquilidade do pequeno município.

Ela faz faculdade de administração por ensino à distância.

Em Borá, só usina ou prefeitura, resume a babá sobre as oportunidades de emprego na cidade.

Mas saúde é uma maravilha. Tudo é bom. Só para os jovens que não tem nada. Pra sair [à noite], tem que ir para as cidades vizinhas.

Nas eleições municipais de 2024, há apenas um candidato à prefeitura - o atual mandatário, Luiz Carlos Rodrigues, que busca a reeleição. A BBC News Brasil tentou contato com ele via e-mail, telefone e visita pessoal, mas não foi atendida.

Na eleição atual, há 213 municípios brasileiros que só têm um candidato à prefeitura.

Em Borá, há 27 candidatos para nove vagas de vereador.

Paulo Paiva, economista e supervisor-geral (algo como um chefe de gabinete administrativo) da

Prefeitura de Borá, afirma que a administração municipal tem um convênio quase formalizado para levar o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida para a cidade, o que, segundo ele, poderia trazer cerca de 200 habitantes para o município.

Paiva acrescenta que, até 2025, a Prefeitura também prevê contratar um auditor fiscal, o que permitiria fazer um Código Tributário e, com isso, iniciar a formulação da Planta Genérica de Valores (PGV) - a base para definir valores diferentes de IPTU, por exemplo, de acordo com o tamanho e a localidade do imóvel.

Hoje, segundo Paiva, cobra-se uma taxa básica de IPTU de todos os imóveis.

Outras receitas municipais, como ISS e ITBI, acabam não rendendo tanto para o município por conta da pouca atividade de serviços e transferências de imóveis, ele diz.

Cerca de 92% das receitas correntes de Borá em 2023 (aproximadamente R\$ 21 milhões) vieram de transferências da União (72,2% das receitas), incluindo o FPM, e do Estado de São Paulo (19,8% das receitas).

Segundo dados levantados pela Firjan a pedido da BBC, a maior parte da receita própria do município em 2023 veio do imposto retido na fonte dos salários de servidores e pagamentos de fornecedores (cerca de R\$ 389,9 mil), a que as cidades têm direito.

Já o ISS arrecadou R\$ 223 mil para a cidade e o IPTU, apenas R\$ 27,9 mil.

O supervisor-geral Paulo Paiva argumenta que o município gera bastante ICMS, Imposto de Renda, Imposto de Exportação e PIS/Cofins. Entretanto, o primeiro é recolhido pelo Estado e os outros, pela União - só depois uma parte de alguns desses **tributos** é repassada aos municípios, segundo critérios diversos.

Se você olhar realmente o que é arrecadado dentro do município, ele é subsistente, argumenta, afirmando que os índices econômicos podem ter falhas e defendendo que a população de Borá tem boa qualidade de vida e acesso a serviços públicos.

Mais de 1.400 novos municípios desde 1988

Borá era um distrito de Paraguaçu Paulista e virou município em 1965.

Paiva reconhece que projetos no Congresso que visam diminuir a quantidade de municípios pequenos no Brasil, por exemplo com a fusão de cidades, geram

temor na Prefeitura de Borá.

Se o município vira distrito, a população padece demais. Se a gente virasse distrito de Paraguaçu Paulista, não sei se manteria aqui dentro um ginecologista, um pediatra, três dentistas, dois fisioterapeutas... , argumenta.

Já Jonathas Goulart, gerente de estudos econômicos da Firjan, acredita que os dados existentes mostram que o problema exige uma solução.

Para o município existir, ele precisa, pelo menos, gerar receita para financiar sua estrutura administrativa mais básica. Porque senão, esse dinheiro que poderia ser utilizado em educação, em saúde, em diversas coisas, vai ser utilizado para financiar o salário da Câmara de Vereadores e da Prefeitura , aponta Goulart.

Nayara Freire, especialista em estudos econômicos da Firjan, afirma que houve nas últimas décadas um aumento muito grande no número de municípios com baixa autonomia .

São municípios que não têm nenhuma estrutura para arrecadar **impostos** e nenhuma atividade econômica suficiente para gerar, de fato, receitas. Então, esses municípios ficaram muito dependentes de transferências, principalmente da União , explica a especialista.

Desde a Constituição de 1988, o Brasil viu a criação de 1.452 municípios, de acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Uma emenda constitucional de 1996 congelou o processo de criação de novos municípios - mas outra emenda, de 2008, permitiu que processos de criação que já tivessem sido iniciados fossem concluídos.

A União é obrigada pela Constituição a repassar ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) cerca de um quarto dos valores arrecadados com o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O FPM é distribuído para os municípios através de uma combinação de características, principalmente o tamanho da população, a renda per capita dos Estados e a diferenciação entre municípios do interior versus capitais.

Pelo modelo atual, que passará por mudanças na **reforma tributária** (leia mais abaixo), os Estados são obrigados a repassar aos seus municípios 50% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e 25% do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS).

Segundo dados levantados pela FNP a pedido da BBC News Brasil, em 2023, 94,8% dos municípios analisados (5.434 tinham dados disponíveis) tiveram 50% ou mais das suas receitas correntes transferidas por entes externos, seja Estados ou União.

Cerca de 19% dos municípios tinham dependência de 80% ou mais de transferências externas.

Esses repasses incluem não só os **impostos** já citados, mas também transferências relativas a royalties, ao Sistema Único de Saúde (SUS), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entre outros.

O escopo desse dado é diferente do IFGF da Firjan - que opta por considerar os **impostos** como ICMS e IPVA como fruto da atividade econômica dos municípios, e não como um indicador de mera dependência.

Em geral, as cidades [mais dependentes] têm um porte populacional mais baixo, estão afastadas da área urbana, especialmente fora de área metropolitana, e não têm atividade econômica muito desenvolvida , explica Kleber Castro, consultor econômico da FNP.

As cidades mais autônomas são exatamente o oposto: têm maior atividade, maior concentração populacional... , enumera.

As diferenças entre as regiões do Brasil têm a ver com o grau de atividade econômica, acrescenta Castro.

Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski rejeita a pecha de dependente atribuída a muitos municípios brasileiros. Ele diz que os repasses de ICMS ou FPM, por exemplo, não são benevolência dos Estados ou da União, e sim uma obrigação constitucional.

Por uma série de razões, são esses os entes a administrar os **impostos**, posteriormente repassando um percentual aos municípios.

É nosso recurso, somos sócios do negócio. Apenas a administração está a cargo de alguém mais habilitado ou adequado a maximizar o projeto no qual estamos inseridos , afirma Ziulkoski.

Poderíamos inverter, nós administrarmos o ICMS e transferir uma parcela pertencente aos Estados. Nós administrarmos o Imposto de Renda e IPI e repassar as parcelas dos Estados e da União. Eles seriam nossos dependentes? , indaga.

A tributação sobre imposto de importação é feita pela

União porque tem melhores condições técnicas de gerir as entradas nas fronteiras e no país do que os municípios. A mesma linha serve para o Imposto de Renda , exemplifica.

O presidente da CNM assegura que os municípios estão melhorando sua estrutura para arrecadar **impostos**, mas destaca que os **tributos** municipais, para a maioria das cidades, têm uma capacidade de arrecadação limitada.

O ISS merece que tenhamos a necessidade local de demanda de serviços; o ITBI, de aquisições imobiliárias. Os dois, na maioria dos municípios, são algo pouco significativo em termos de operações , afirma Ziulkoski.

Ainda temos o IPTU, mas a maioria dos municípios têm pequenas áreas urbanas. Mesmo que a administração tributária local atue nos limites máximos da eficiência, o fator número de imóveis é limitado e torna aquela soma arrecadada pequena.

Como melhorar?

Fato é que, de 1988 a 2022, a participação de receitas próprias dos municípios no total de suas receitas aumentou, segundo o estudo Multicidades 2024 .

Em 1988, a receita própria compunha em média 20,6% da receita municipal total e passou para 35,4% em 2022.

Já a participação das transferências passou de 79,4% em 1988 para 64,6% em 2022.

Kleber Castro, da FNP, afirma que este avanço é fruto do esforço e investimento dos municípios em gestão e modernização da administração tributária.

Como resultado disso, de forma direta, os municípios conseguem arrecadar. Eles estão cada vez mais exercendo a sua responsabilidade como agente arrecadador - coisa que eles não faziam, ou faziam muito menos, no passado , explica o consultor financeiro da entidade.

Castro cita também mudanças na legislação que aperfeiçoaram os **tributos** municipais, como uma lei de 2003 que na prática ampliou o rol de serviços que as cidades podem tributar com o ISS.

Segundo o estudo Multicidades 2024 , este imposto indireto é a principal fonte de recursos próprios dos municípios (44,4% das receitas próprias, em média) e teve uma alta real de 238,4% na arrecadação entre 2004 e 2022.

Outro fator que favorece a arrecadação do ISS - e, em consequência, a geração de receitas próprias dos municípios - é a crescente participação, nas últimas três décadas, dos serviços na economia brasileira, já que este é um tributo destinado a esse setor.

Mas Castro diz que ainda há espaço para melhora, já que, até hoje, há municípios que não têm estrutura para arrecadar, por exemplo, o IPTU.

Apesar do crescimento recente, o IPTU é um imposto que está bastante aquém da sua capacidade de arrecadação , aponta o especialista.

E muito aquém da sua capacidade de ser utilizado como instrumento de redução de desigualdades. Você pode chegar em uma cidade e verificar quanto se cobra de IPTU de uma casa que custa no mercado R\$ 1 milhão. Quando vai ver, o valor é irrisório, às vezes menor do que ele [proprietário] paga no IPVA do carro. Isso é muito comum , exemplifica Castro.

Por mais desagradável que isso seja, o especialista responde que sim, o caminho para a melhoria da autonomia financeira dos municípios muitas vezes passa pelo aumento de **impostos** cobrados da população.

O Brasil precisa de mais divulgação acerca de cidadania fiscal. As pessoas têm que entender que imposto é uma coisa importante, porque um imposto se reverte em benefícios para a população. É doloroso, eu também sou contribuinte, sei como é. Mas é entender que, quando você paga imposto, aquilo de alguma forma está voltando para você ou para outras pessoas que precisam mais , defende.

O segundo aspecto é que se a gente deixar de cobrar o IPTU ou algum imposto, certamente o poder público vai precisar cobrar por outro caminho. O município que deixa de ter autonomia vai precisar de recursos dos Estados ou da União que, por sua vez, vão tributar de outra forma o cidadão. Então, de alguma forma essa conta chega.

Nayara Freire, da Firjan, reconhece que os resultados dos investimentos das prefeituras em áreas que melhorem a vida da população, como saúde e habitação, não necessariamente se refletem direta e rapidamente na autonomia de um município.

Por exemplo, projetos que estimulem o acesso à educação e à capacitação profissional normalmente podem levar muitos anos para resultar em geração de empregos e atividade econômica mais pujante - e essas mudanças também dependem de outros fatores, como a atração de empresas e o contexto econômico da região e do país.

O desenvolvimento econômico é um caminho sustentável para gerar o equilíbrio das contas públicas. O problema é que o gestor não quer fazer esse trabalho mais longo, aponta a especialista.

Reforma tributária traz mudanças também para os municípios

Os entrevistados pela BBC News Brasil avaliam que, no saldo geral, a **reforma tributária** - aprovada no final de 2023 e em fase de regulamentação - traz possibilidades de melhoras para a autonomia dos municípios.

Um dos pontos positivos apontados é a criação de um comitê gestor do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse tributo substituirá o ISS e o ICMS e, portanto, ocupará o lugar de **impostos** que são hoje municipal e estadual, respectivamente.

Os percentuais que os municípios e Estados receberão do IBS ainda serão definidos, mas há um princípio na reforma de que nenhum ente perca arrecadação em relação ao que recebe hoje - podendo haver compensações para evitar isso.

Após um período de transição, em 2033 o ICMS e o ISS serão extintos.

O comitê gestor do IBS será um órgão compartilhado pelos governos locais que vai gerenciar a arrecadação e a repartição das receitas entre Estados e municípios.

Para Paulo Ziulkoski, da CNM, o comitê gestor permitirá uma participação mais ativa dos municípios - que hoje, por exemplo, ficam distantes da gestão do ICMS por parte dos Estados.

Uma das partes arrecadadas será o IBS municipal. E no IBS estadual, onde temos uma participação de 25% [correspondente ao atual ICMS], há uma mudança positiva: este valor virá diretamente do comitê gestor para o município, sem passar pelos cofres dos Estados, comemora Ziulkoski.

Jonathas Goulart, da Firjan, aponta que a nova estrutura criada pela reforma possibilitará também que alguns municípios arrecadem **tributos** que hoje nem chegam a ser cobrados.

Tem muito município que não tem nenhuma estrutura tributária para fazer a arrecadação. Como eles não têm nem a estrutura do município para, por exemplo, arrecadar ISS, eles não arrecadam. Agora, quando essa estrutura passa a ser de interesse do Estado, do governo federal e dos municípios, os municípios vão acabar também recebendo esse recurso, explica o

economista, destacando, porém, que ainda há muitos efeitos imprevisíveis da reforma.

Por ser um período longo de transição, ninguém sabe exatamente o que vai acontecer, aponta Goulart.

Outra mudança importante da reforma é a cobrança de **impostos** no destino (local de consumo) em vez da origem (local de produção) - como ocorre atualmente.

Ziulkoski também vê aí vantagens para os municípios.

Hoje, somos cobrados em muitos setores para fiscalizar, arrecadar, porém, a formatação de incidência tributária é atualmente concentrada na origem. Assim, por vezes a sociedade vê determinadas ações e atividades econômicas ocorrendo na sociedade local e espera que o produto desta arrecadação ocorra ali, mas não ocorre, aponta.

Kleber Castro, da FNP, destaca também que, com as novas regras, a Planta Genérica de Valores (PGV) pode ser modificada por decreto dos prefeitos, não necessitando mais da aprovação da Câmara dos Vereadores.

O prefeito pode tomar essa decisão, ainda que tenha que sustentar isso tecnicamente. Isso é muito importante e pode ajudar a alavancar o potencial de arrecadação do IPTU, destaca Castro.

Não há previsão de mudanças nos critérios de distribuição do FPM por conta da reforma. Entretanto, a partir de 2027, o Imposto Seletivo (IS) deve substituir o IPI na composição do fundo.

De acordo com análise do estudo Multicidades 2024, as possibilidades de perdas de receita no FPM quando houver substituição pelo IS são relativamente baixas, já que a reforma prevê a compensação por eventuais perdas.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/cidades-inviaveis-por-que-tantos-municipios-do-brasil-nao-conseguem-se-sustentar-veja-a-situacao-da-sua-cidade,3bfaff5a426fc48cf344cca78848c0b6odhpwanw.html>

"Bancada das bets" no Congresso já atua para legalizar cassinos e bingos

GUSTAVO CÔRTEZ ANDRÉ SHALDERS VINÍCIUS VALFRÉ

Nos últimos anos, empresas de apostas e entidades do setor de jogos de azar se organizaram para garantir seus interesses no Congresso. As bets conseguiram várias vitórias na tramitação do projeto do governo Lula que regulamentou as apostas online. Agora, o lobby dos jogos quer votar no Senado a legalização de bingos, cassinos e do jogo do bicho.

O Estadão identificou 12 deputados e senadores que defendem interesses da jogatina no Congresso, formando uma espécie de "bancada das bets". O grupo inclui nomes de credos ideológicos diversos. Todos os parlamentares citados foram procurados. Uma parte disse atuar para controlar os efeitos negativos das apostas e fazer o setor pagar **tributos**; a outra preferiu não se manifestar.

Em 2023, mais de 300 empresas de bets movimentaram entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões em apostas no Brasil, quase 1% do **PIB**, segundo projeções da Strategy Brasil, consultoria da PwC. Deste total, entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões deixam de ser gastos com bens e serviços (ou investidos em alguma aplicação), segundo o diretor da consultoria, Mauro Toledo.

Para identificar os principais nomes da "bancada das bets" - são cinco deputados e sete senadores -, o Estadão analisou a tramitação de projetos e as agendas de reuniões no Ministério da Fazenda e conversou com congressistas contrários aos jogos. Além do possível envolvimento de bets em esquemas de lavagem de dinheiro, as apostas são alvo de críticas por levar brasileiros ao vício e à penúria financeira.

ARRECADAÇÃO. As bets são legais no Brasil desde 2018, quando o governo Michel **Temer** (MDB) enviou ao Congresso uma medida provisória sobre loterias. O tema deveria ser regulamentado em até dois anos, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), o que não ocorreu. Assim, a regulamentação foi feita em 2023, já na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, viu no tema uma possibilidade de aumentar a arrecadação do governo.

A "bancada das bets" trabalhou durante a tramitação do projeto de lei enviado por Haddad ao Congresso e obteve vitórias como aumento de prazos e redução de **tributos**. Também foi na Câmara que o projeto passou a permitir os jogos online. O texto original tratava apenas das apostas esportivas, e não de "cassino virtual".

O deputado Adolfo Viana (PSDB-BA) foi o relator do projeto de Haddad na Câmara. Garantiu, em seu relatório, a redução da contribuição das bets para a Previdência, dos 10% iniciais para 2%. "Não se trata de liberar ou não os jogos online.

Trata-se de termos a responsabilidade de regulamentar essa atividade, que acontece em todo o território nacional", disse ele na votação do projeto na Câmara, em dezembro.

Vários senadores apresentaram emendas para aumentar o prazo das concessões das empresas - a atividade depende de autorização da Fazenda. Soraya Thronicke (Podemos- MS), Nelsinho Trad (PSDMS) e Rogério Carvalho (PTSE) sugeriram que a validade da licença passasse de três para cinco anos. "Esta modalidade (cassinos e bingos) pode gerar emprego e mobilizar setores da economia", disse Carvalho em sessão no Senado.

O deputado Bacelar (PVBA) propôs emendas para beneficiar as empresas - como a que incluiu os jogos de videogame (os "e-sports") no rol daqueles nos quais se poderia apostar. Já o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) apresentou emenda para que as bets possam adquirir os direitos de transmissão de eventos esportivos. "A regulamentação é o meio mais eficaz para integrar o mercado de apostas, permitindo a competitividade saudável e garantindo segurança jurídica e proteção aos consumidores, especialmente os mais vulneráveis", disse Luiz Philippe, em nota.

Quando o governo Lula decidiu regulamentar as apostas online, a tarefa ficou a cargo da então secretária adjunta de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Simone Aparecida Vicentin, e do ex-assessor especial Francisco Cimino Manssur. Eles foram exonerados.

Atualmente, a função cabe a Regis Dudena.

REUNIÕES. Em reunião no gabinete de Dudena, neste mês, Rogério Carvalho foi acompanhado de André Feldman, CEO da Big Brazil, que formalizou pedido para atuar no mercado de apostas no Sistema de Gestão de Apostas (Sigap). Já os senadores Angelo Coronel (PSDBA) e Irajá (PSD-TO) foram recebidos por Haddad, assim como o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), que relatou projeto de legalização dos cassinos na gestão Bolsonaro.

Angelo Coronel foi relator do projeto das bets em comissão do Senado. Em seu texto, reduziu o tributo cobrado das empresas, em relação à alíquota aprovada na Câmara. Ao Estadão, ele disse que o parecer incluiu "medidas de prevenção ao vício e impedimento de apostadores com comportamento desvirtuado ou doentio, restrição ao uso do cartão de crédito para apostas, taxas de fiscalização e outorgas pesadas a empresas, medidas contra a lavagem de dinheiro, além de limitações à publicidade e ao uso de aplicativos de apostas".

Para o economista Thiago Conti, do Insper, a prioridade do governo foi a arrecadação, sem uma análise criteriosa sobre as consequências sociais da regulamentação dos jogos.

"As bets e os cassinos por celular possuem diferenças, sendo os cassinos online muito mais viciantes e com mais pesquisas demonstrando as dificuldades de superação do vício. Não foi feito estudo de análise de impacto legislativo ou de impacto regulatório para essas mudanças", afirmou Conti.

"CONTROLE". Com as apostas online regularizadas, a próxima batalha da "bancada das bets" é pela legalização de cassinos físicos, bingos e jogo do bicho. Para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a legalização significa "trazer para o controle do Estado uma atividade econômica que já ocorre".

O projeto que ele quer pôr em votação foi apresentado em 1991 pelo ex-deputado Renato Vianna (PMDB-SC).

Discutido pela última vez em 2016, o projeto foi resgatado em 2022, sob relatoria de Felipe Carreras. "Em países onde os jogos são legalizados, vemos um impacto positivo direto no turismo, gerando empregos e movimentando diversos setores, como o hoteleiro, centro de convenções modernos, restaurantes e entretenimento", declarou Carreras.

Irajá é o atual relator do projeto de liberação dos cassinos no Senado. "Se nós compararmos com o G-

20, que são os países das 20 maiores economias mundiais, apenas a Indonésia e o Brasil ainda não legalizaram os jogos", disse ele à Agência Senado em agosto.

Outra proposta de legalização dos cassinos é a apresentada pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro. "A sociedade, que poderia estar recebendo os frutos do lado bom do jogo, os **impostos**, não recebe", disse o senador.

Na primeira tentativa de votar o texto de Renato Vianna, em 2016, a comissão que analisou a proposta foi presidida pelo deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA). Como líder de bloco, ele encaminhou voto favorável à regulamentação das bets no fim do ano passado.

"Se nós compararmos com o G-20, que são os países das 20 maiores economias mundiais, apenas a Indonésia e o Brasil ainda não legalizaram os jogos" Irajá (PSD-TO) Senador e relator do projeto que libera cassinos no País

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Batalha das "bets" por novos usuários afeta balanços

Adriana Mattos De São Paulo

Os grupos de apostas esportivas no mundo têm investido somas tão altas no Brasil, principalmente em mídia e tecnologia, para levar mais brasileiros a jogar e aumentar a base de clientes, que os negócios dão prejuízo no país. Não é que o mercado das "bets" seja pouco rentável, muito pelo contrário.

A margem de lucro operacional dessas empresas variou de 20% a 30% neste ano e em 2023, em locais como Reino Unido, Irlanda e Europa Oriental, com base em análise do Valor nos balanços das companhias abertas no mundo. Ou seja, a cada R\$ 100 de receita, até R\$ 30 são obtidos antes de juros e **impostos**.

Acontece que a necessidade de manterem um patamar elevado de gastos iniciais para ganhar mercado por aqui, numa batalha fratricida pelo bolso do brasileiro, faz parte de uma lógica estratégica que afeta o resultado das plataformas.

Ainda deve entrar nesta conta, a partir de 2025, o início da cobrança de **impostos** sobre a receita das "bets", que deve atingir 35%, por conta da nova lei de regulamentação do setor. Neste momento, as companhias não pagam **impostos**. As empresas que obtiverem a liberação para funcionamento entre o fim deste ano e início de 2025 terão que arcar com esse custo.

"Se por um lado a regulamentação pode tirar do mercado negócios que não operam de forma regular, o que é bom para as grandes marcas porque deve aumentar o "top line" delas, por outro, a carga tributária vai pesar no desempenho. Quem conseguir avançar atuando dentro das regras, e com maior eficiência, sairá disso melhor", diz um fundador de empresa de apostas que já vendeu negócios a estrangeiros.

De acordo com o advogado do escritório CSMV José Francisco Manssur, as companhias gastam "toneladas de recursos em mídia", diz. "Hoje, isso é, de longe, a maior despesa delas", afirma o executivo, que em 2023 foi assessor especial da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, atuando na discussão da "Lei das Bets" no governo.

"Em 2023, nas reuniões com as "bets", elas nos informaram que as verbas de publicidade, relativas a

2022, atingiram de R\$ 3 bilhões somando todo o setor no país. Dois anos depois, isso deve estar bem maior, para um total de cerca de mil bets no país", diz. Eventuais descontos de mídia podem reduzir o valor. Naquela época, já antes do "boom" do setor, e isso equivalia a 15% do gasto em publicidade no Brasil, com base em dados do Cenp (Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário).

A tese central dos grupos é diversificar a atuação globalmente para melhorar ganhos, e o Brasil cai como uma luva nesse movimento - o país é, no máximo, 1% da receita mundial dos grandes grupos, como Bet365 e Flutter. Ou seja, tem muito a avançar ainda, num setor com R\$ 230 bilhões em gastos com apostas projetadas para o ano, segundo o Banco Central.

Pelos dados da assessoria estratégica em esportes Regulus Part-ners, de Londres, publicado em recente relatório, o setor de apostas esportivas e jogos on-line no Brasil crescerá 18% ao ano de 2020 a 2030. No Reino Unido, um mercado mais maduro, a estimativa é de 4% ao ano.

A expansão nas apostas esportivas no país já ajudou a mitigar a desaceleração em outros países em

2023, como Canadá e África do Sul, e na Ásia, segundo informou em relatório, recentemente, a Playte-ch, dona da Galera.bet.

As companhias querem ganhar mercado rapidamente por aqui até mesmo por meio de aquisições, embora o negócio ainda opere no vermelho.

Um exemplo disso envolve a atuação no Brasil de uma das maiores empresas do mundo, a irlandesa Flutter, dona da Betfair. O comando projeta Ebitda negativo ajustado no país (prejuízo antes de lucro, **impostos**, amortização e depreciação) de US\$ 90 milhões a US\$ 100 milhões em 2025 (até R\$ 540 milhões), segundo material publicado no último dia 13.

Nesse mesmo documento, a empresa abriu projeção de receita de US\$ 70 milhões com a Betfair no Brasil neste ano, ou quase R\$ 400 milhões a câmbio atual.

Neste mesmo documento, a dona da Betfair anunciou a aquisição de 56% do grupo brasileiro NSX, num sinal de confiança no mercado. Com isso, a Flutter passa a ser controladora também da Betna-cional, Betpix, Pagbet e Mijack.bet, numa operação de US\$ 350 milhões, cerca de R\$ 2 bilhões.

É o maior acordo já fechado no mercado local, e torna a Flutter dona de 11 % do setor no país, disse o comando da empresa a investidores, em Nova York. Não há ranking oficial no país.

Procurada para comentar a projeção, a Flutter diz que "há uma oportunidade significativa de crescimento no recém-regulado" mercado brasileiro. Diz ainda que a aquisição ajudará o grupo a ocupar uma posição competitiva no "pódio" local, e que o acordo deve ser concluído em 2025. A empresa preferiu não detalhar as razões pelas quais tem perda operacional.

Uma fonte próxima à empresa disse ao Valor que "será preciso investir na aquisição de clientes para aumentar a [empresa] até um tamanho que se possa gerar lucros sustentáveis ao longo do tempo."

A Sportingbet, do grupo En-tain, do Reino Unido, cresceu 28% de janeiro a junho no país, versus 2023. A variação se refere a todas as somas recebidas com jogos menos o valor pago com ganhos - acima da alta de 3% de todo o braço internacional.

Mas o negócio ainda dá prejuízo líquido no Brasil, após uma reestruturação da plataforma no país entre 2023 e 2024. A investidores, o comando afirmou que a empresa tomou medidas erradas em 2022 e sentiu o baque da competição muito forte antes do início da regulamentação no Brasil. Essa concorrência dura elevou o custo de aquisição de clientes (CAC) após 2022, especialmente na mídia digital.

Numa linha parecida, a Galera.bet, controlada pela Playtech, fundada em 1999 pelo empresário israelense Tedcly Sagi, fechou em 2021 acordo para futura aquisição da dona da plataforma brasileira. E a transação no país tem levado a baixas no balanço da Playtech.

Pelo acertado, foram pagos US\$ 5 milhões na forma de investimentos na empresa no fim de 2021. Ainda seriam disponibilizados US\$ 20 milhões em linhas de crédito, e esse pacote negociado daria direito de o grupo assumir 40% das ações da Galera.bet, a preço nominal. O relatório de resultados de 2024 informa que não há prazo definido para pagamento.

Em 2022, a linha foi ampliada para US\$ 45 milhões, e até o fim do ano passado, cerca de US\$ 40 milhões

foram liberados para o negócio no país - em dezembro, isso equivalia a R\$ 230 milhões.

A Playtech reconheceu uma provisão para perdas de crédito no país para o empréstimo de 1,6 milhão em 31 de dezembro de 2023. A empresa explica no balanço que, se tivesse considerado o recurso aportado como investimento, e não como empréstimo, teria que registrar 17,3 milhões (quase R\$ 100 milhões) em perdas desde que o investimento foi feito.

Ou seja, ao considerar como empréstimo - mesmo declarando que a linha não tem previsão de pagamento - o efeito no balanço é menor do que se fosse contabilizado como investimento no Brasil.

Marcos Sabiá, CEO da Galera.bet, diz que é necessário acelerar investimentos no país para um retorno futuro. "O ebitda da maioria das empresas é negativo, porque, para gerar reconhecimento e conversão em apostas, o marketing é, disparado, a maior despesa. E o custo de aquisição de clientes no Google e YouTube subiu muito após a pandemia", afirma.

Ele ainda cita os custos com pagamento de royalties e com sistemas de tecnologia e segurança, além de desembolsos em instalações físicas, como criação de estúdios para jogos de cassinos. Isso deve começar a ser instalado no país em 2025.

Para levantar essas informações, o Valor verificou balanços e teleconferências das principais empresas abertas desse mercado e mapeou a estrutura societária dos grupos. Os dados mostram que as "bets" são negócios que se abrem em diversos ramos (como cassinos, jogos ao vivo e loterias) e marcas pelo mundo - de Polônia e Croácia ao México. Boa parte é de capital fechado, mas grupos com ações em bolsa (como Flutter, Playtech e Entain) estão listados nos EUA e Londres. A ampla maioria tem licenças e registros em regiões conhecidas pelas suas vantajosas taxas para operar, como Gibraltar, Tasmânia, Curaçao e Malta, e pelos **impostos** mais baixos para empresas, como o Chipre, o que reduz essa conta no balanço.

"[Mídia] é de longe a maior despesa das "bets" no Brasil. São toneladas de recursos"

José Manssur

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187998?page=1§ion=1>

Falta legislação específica sobre reciclagem e descarte

Lourdes Rodrigues Para o Valor, de São Paulo

As baterias automotivas, sejam as de lítio utilizadas nos veículos elétricos ou as de chumbo-ácido usadas nos carros comuns, possuem um índice de reciclabilidade de 99%. Entre os elementos/metais presentes na natureza e usados na fabricação de baterias, o chumbo é o mais reciclável(99%), ficando bem acima do alumínio, por exemplo, que tem um índice de reciclagem de 60%.

O setor automotivo segue o Programa Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e a prática comum na hora da troca é a empresa fornecedora de bateria para carros comuns ficar com a usada, que é enviada para reciclagem do chumbo, do ácido e da carcaça plástica.

"Nas baterias de lítio, dos carros elétricos, ainda não temos grandes volumes para reciclagem. Mesmo assim, o fabricante do carro elétrico é o responsável pelo descarte apropriado", diz Ricardo Rüter, professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O laboratório da universidade tem quatro projetos com as montadoras Nissan e BYD de segunda vida de baterias de lítio descartadas de veículos elétricos. "Em um dos projetos, as baterias descartadas dos próprios canos elétricos são usadas para carregar outros carros elétricos e assim evitar a sobrecarga na rede do uso simultâneo de vários carregadores", afirma Rüter.

David Wong, diretor sênior de mobility na consultoria Alvarez Marsal, destaca que a reciclagem de baterias tem duas grandes vantagens: econômica e ambiental. "À medida que aumenta a eletrificação no mundo, não se sabe por quanto tempo ainda existirão muitos dos minerais usados, como cobalto, lítio, manganês, cobre e alumínio. Tanto assim que a tecnologia já está mudando para lítio-ferro fosfato. Além disso, é mais barato reciclar do que minerar [que exige processo de refino]." Do ponto de vista ambiental, Wong diz que a mineração de lítio e manganês, por exemplo, gera muito gás de efeito estufa (GEE)-e com a reciclagem, há uma redução entre 20% e 45% nas emissões.

A fabricante de baterias Moura tem o Programa Ambiental Moura (PAM), que faz a logística reversa de 100% das baterias comercializadas pela empresa no país. Em 2023, cerca de 120 mil toneladas de baterias de chumbo inservíveis foram recicladas, gerando

materiais para a produção de novas baterias.

Segundo Flávio Bruno, diretor de metais e sustentabilidade do Grupo Moura, já existem soluções para reciclagem das baterias de lítio no Brasil, entretanto ainda não há legislação específica que direcione o processo de maneira direta. "Atualmente, não temos um volume que gere preocupação e que o torne o tema urgente, pois os sistemas de baterias de lítio têm uma vida útil média de dez anos, o que amplia a janela de formação de uma cadeia de fornecedores para garantir a reciclagem de maneira cada vez mais efetiva." Sobre legislação, David Noronha, CEO da Energy Source, empresa de reciclagem, reúso, reparo e soluções energéticas para baterias de lítio, diz que a regulamentação brasileira ainda não valoriza esse tipo de atuação e a carga tributária é muito alta. "Buscamos alívio tributário para continuar nessa mineração urbana, como é chamada a reciclagem de metais e minerais. Temos papel estratégico para a economia brasileira, mas não somos vistos dessa forma." Noronha diz que existe um movimento junto ao Ministério de Meio Ambiente (MMA) para uma legislação específica de logística reversa de baterias de lítio. O CEO da Energy Source destaca ainda a clandestinidade. "Temos um mercado paralelo que coleta baterias no Brasil e as exporta de forma irregular, sem pagar **tributos**, em uma concorrência desleal." Com planos de expansão para fora do Brasil já em 2024 ou no máximo no primeiro semestre de 2025, a Energy Source destina 15% de sua receita a pesquisa e desenvolvimento (P D) em tecnologia sustentável.

A WEG, fabricante de motores, equipamentos, sistemas de energia e automação, produz baterias para veículos pesados, principalmente ônibus elétricos. São baterias de lítio com grande capacidade de carga para rodar até 250 km por dia sem necessidade de recarga. "Um dos caminhos para reciclar essas baterias é construir grandes armazenadores de energia - BESS [battery energy storage system] - que são vendidos principalmente para indústrias, para estabilizar a energia", diz Carlos José Bastos Grillo, diretor-superintendente de digital sistemas da WEG.

A empresa destina de 2,5% a 3% de sua receita a pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD I). Em 2023 foram investidos R\$ 833 milhões em todos os

seus produtos, atualmente em torno de 1,4 milhão de itens, indo desde tomadas até turbinas.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187998>

Preocupação ambiental move luta contra desperdício

Lúcia Helena de Camargo Para o Valor, de São Paulo

A conta de luz entra na bandeira vermelha, consequência do acionamento das usinas termelétricas, cuja produção de energia é mais cara e menos sustentável, uma vez que são movidas a combustíveis fósseis. Embora a matriz energética brasileira seja majoritariamente limpa, com 60% da energia gerada por hidrelétricas, o baixo nível dos reservatórios impõe o recurso. Nesse contexto se intensifica a busca pela eficiência energética. Nas residências e nas empresas, não há mais lugar para o desperdício.

A compra de eletricidade no mercado livre, majoritariamente provido por energia renovável de usinas eólicas e solares (20% da produção nacional), já é prática comum entre empresas, que poupam na fatura e ainda ostentam o selo da sustentabilidade. Obter de fato a eficiência energética, porém, é tarefa mais complexa. Se no ambiente doméstico a mudança de comportamento vai no sentido de encurtar banhos e desligar aparelhos, na escala industrial demanda rever processos.

"A indústria busca, desde sempre, melhorar a eficiência, adotando novas tecnologias, mas a pressão aumenta em razão das preocupações ambientais", afirma Carlos Faria, diretor-presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace).

A Diebold Nixdorf, que detém 60% do mercado brasileiro de caixas eletrônicos e fabrica globalmente 60 mil ATMs por ano, decidiu apostar na melhoria de eficiência dos equipamentos. Em 2021, a empresa lançou o ATM DN Series 400. De acordo com Sandro Bernardi, head da divisão de produtos da companhia no país, o modelo, que leva materiais reciclados na composição, é 30% mais leve do que os similares da geração anterior, o que possibilita economizar 10% de energia. "Os novos ATMs são dotados de recicladores de notas, que permitem que os depósitos sejam usados nos saques seguintes, função que diminui a necessidade de reabastecimento dos caixas, ajudando a reduzir as emissões de CO₂ no transporte de valores", diz.

Fernando Beltrame, CEO da startup Eccaplan Soluções em Sustentabilidade, afirma que o ideal seria pensar em eficiência energética desde a fundação de

uma organização. "Sempre que possível, convém incluir no projeto a bioconstrução, criando ambientes arejados, que não necessitem de ar-condicionado para o conforto térmico", diz.

A indicação alinha-se ao fato de que, com a temperatura planetária 1,2°C mais alta (em relação a antes da Revolução Industrial), o ar-condicionado será o principal impulsionador do crescimento da demanda por eletricidade nos próximos 30 anos, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês). Grande consumidor de energia, o aparelho já é responsável por mais emissões de CO₂ do que toda a indústria da aviação. E outro exemplo que parece opor conforto e economia na vida contemporânea: uma pesquisa na internet, quando feita por meio do buscador mais usado, consome, em média, 0,0003 kWh, de acordo com estimativas da Universidade Harvard. Já uma consulta à inteligência artificial (IA) gasta 0,01 kWh (33 vezes mais). "O uso de IA tende a crescer, contribuindo para extrapolar os compromissos de redução nas emissões", vaticina Beltrame.

Marcos Madureira, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), lembra outro entrave no caminho da eficiência: o furto de energia. "Os roubos nos custam toda a operação de Belo Monte, algo da ordem de 4 MW", diz. "E precisamos repensar também a destinação de subsídios", afirma. Faria, da Anace, alinha-se a essa visão. "No Brasil, temos a capacidade instalada de produção de eletricidade de 190 giga watts (GW); consumimos 70 GW e ainda assim temos que ligar as térmicas. Há algo errado, principalmente na distribuição de subsídios", afirma.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) recebe aportes entre R\$ 600 milhões e R\$ 1 bilhão por ano, que correspondem a 0,5% da receita operacional líquida das distribuidoras. O dinheiro é arrecadado por meio de desconto nas contas de eletricidade. O plano prevê que as concessionárias apliquem esse montante em projetos que visam a redução do consumo de energia. Já os subsídios concedidos à produção eólica e solar chegam por meio de isenção de **impostos**, linhas de crédito mais baratas, descontos nas tarifas de transmissão e distribuição, entre outros incentivos fiscais, totalizando cerca de R\$ 6 bilhões por ano, de acordo com cálculos do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea) de 2022.

A Neonergia, que detém cinco usinas hidrelétricas, 44 parques eólicos e 2 parques solares, com capacidade instalada de 3,8 GW, além de cinco distribuidoras, usou R\$ 129 milhões captados via programas de eficiência energética para trocar a iluminação pública de 150 cidades brasileiras, substituindo 120 mil lâmpadas por outras mais eficientes, de tecnologia LED. De acordo com Daniel Sarmiento, coordenador do programa de eficiência energética da empresa, o projeto proporciona, desde 2023, a economia de 70 GWh por ano. Na cidade de Serra Talhada (PE) foram trocados 1.728 pontos, passando do consumo de 733 MWh ao ano para 342 MWh/ano (economia de 53%). "Muitos municípios ainda carecem de otimização na iluminação pública", diz.

"De 15% a 18% das reduções de emissões necessárias para atingirmos "net zero" até 2050 dependem da eficiência energética", aponta Rosana Santos, diretora-executiva do Instituto E+ Transição Energética. "No Brasil, as grandes corporações têm investido na otimização, mas uma preocupação recai sobre médias e pequenas, com menos acesso a linhas de crédito dedicadas. O setor elétrico virou uma colcha de retalhos, com muitos interesses legítimos misturados a outros, antagônicos ao bem-estar da sociedade", diz. "Seria desejável sentarmos à mesa para negociar uma mudança radical na alocação de verbas", propõe.

-

Aneel recompensa cortes

O Mecanismo de Resposta da Demanda (MRD), estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2022, permite que grandes consumidores de energia elétrica, notadamente indústrias, reduzam voluntariamente seu consumo de eletricidade em momentos de pico de demanda ou escassez, em troca de compensações financeiras.

"Ainda é pouco conhecido, então temos trabalhado junto aos nossos 40 associados a possibilidade de adoção do mecanismo", diz Carlos Faria, diretor-presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace). A Aneel estima que, se houver adesão maciça das indústrias e grandes consumidores, o MRD tem potencial de reduzir em torno de 1 GW a 2 GW o consumo nos horários de pico, quantidade de eletricidade equivalente ao consumo de uma cidade de médio porte no Brasil.

-

Termelétrica é ineficiente

O processo de produção das usinas termelétricas desperdiça, em forma de calor residual, cerca de dois terços da energia gerada, contida nos combustíveis fósseis (carvão, gás natural e pe-tróleo). A ineficiência ocorre principalmente em usinas movidas a combustão, que utilizam motores e turbinas a gás, e caldeiras a vapor.

De acordo com a Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos, em uma usina térmica típica cerca de 60% da energia gerada é desperdiçada como calor. As usinas termelétricas no Brasil, que funcionam principalmente a gás natural, óleo diesel, carvão e óleo combustível, sofrem com ineficiência semelhante, perdendo até 50% da geração. Em 2022, cerca de 20% da eletricidade usada no Brasil veio de usinas termelétricas. (LHC)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187998>

"É urgente encontrar mecanismos inovadores para atrair financiamento"

Diego Viana Para o Valor, de São Paulo

A transição energética tem progredido, mas a um ritmo abaixo do necessário, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Para piorar, os avanços chegam por último àqueles que mais precisam, ou seja, as populações vulneráveis de países em desenvolvimento. Combater a desigualdade no acesso à energia sustentável exige inovações financeiras e institucionais, envolvendo governos, empresas e o terceiro setor, de acordo com Damilola Ogunbiyi, CEO da organização Sustainable Energy for All (SEforALL) e copresidente da agência UN-Energy, da ONU.

O foco principal de seu trabalho é o sétimo Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 7), que trata de energia limpa e acessível. Apesar dos progressos lentos, a ativista aponta que iniciativas de inovação financeira para garantir o acesso à eletrificação vêm se espalhando pela África. É o caso dos "pactos de energia", da "instalação universal de energia" e de mecanismos que disseminam redes locais de painéis solares, que podem se tornar modelos replicáveis no resto do mundo.

Ogunbiyi foi diretora da Agência Nigeriana de Eletrificação Rural (2017-2019) e do Comitê de Eletricidade da Região de Lagos (2015-2017). Hoje, é consultora do Banco Mundial e do Banco Europeu de Investimento Climático e Ambiental, entre outros. A seguir, os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: Apesar do barateamento da geração de energia solar e eólica, a ONU afirma que o acesso à energia pelas pessoas comuns no mundo em desenvolvimento está longe da meta do ODS 7. O que impede que energia sustentável barata se traduza em acesso real?

Damilola Ogunbiyi: O investimento global em energia deve ultrapassar US\$ 3 trilhões em 2024, com US\$ 2 trilhões alocados em tecnologias de energia limpa. Mas só 15% desse investimento vai para mercados emergentes, excluindo a China, tanto em termos de volume quanto de participação. Isso está bem abaixo dos valores necessários para garantir acesso à energia moderna e atender à crescente demanda por energia de forma sustentável. Uma estatística revelado-ra é que, nos países de alta renda, o setor privado fornece mais de 80% do investimento, enquanto nos emergentes são 14%. Uma das razões é que a percepção de risco nos emergentes costuma ser

imprecisa, o que encarece os projetos.

É preciso mais colaboração entre o financiamento público e o privado, integrando projetos de energia de curto e longo prazo em mercados emergentes. É urgente encontrar mecanismos inovadores para atrair financiamento privado e reduzir custos de investimento. Um bom sinal são as reformas recentes do Banco Mundial, que visam impulsionar o envolvimento do setor privado em projetos de energia limpa em países em desenvolvimento.

Valor: A eficiência é uma meta fundamental do ODS 7, mas recebe menos atenção do que a geração. Os ganhos nesse campo também estão lentos: 1%, para a expectativa de 3%. Onde está o gargalo?

Ogunbiyi: São vários fatores. O crescimento populacional, a urbanização e a expansão econômica geram maior demanda de energia, dificultando a redução do consumo por medidas de eficiência. Apesar da disponibilidade de políticas e tecnologias comprovadas, o progresso global tem sido lento, situação agravada pela pandemia e tensões geopolíticas.

Para atingir a meta de dobrar a taxa de melhoria, vamos precisar de compromissos políticos, além de triplicar os investimentos anuais em eficiência energética, chegando a US\$ 1,8 trilhão até 2030. Em regiões sem acesso confiável à eletricidade e dependência de biomassa tradicional para cozinhar, melhorar a eficiência é crucial, mas difícil, devido aos desafios de infraestrutura. Investimentos direcionados nessas áreas são essenciais para aumentar a disponibilidade de energia, integrar energia renovável e criar sistemas resilientes.

Valor: A senhora enfatiza a importância do financiamento para a sustentabilidade da transição energética. Temos mecanismos satisfatórios em vigor?

Ogunbiyi: De fato, tenho sido uma espécie de voz solitária, pedindo mais investimentos para atender à crescente demanda do mundo em desenvolvimento por energia renovável. Insisto nisso porque os fundos disponíveis de fontes públicas tradicionais não são suficientes para atender às necessidades das economias em rápido crescimento e de seus povos.

Para preencher a lacuna, os líderes em mercados emergentes devem ser inovadores nas estratégias financeiras. O potencial existe. É preciso um pensamento inovador, juntamente com facilitadores-chave, como estruturas de habilitação estáveis e previsíveis.

Valor: Na África, a SEforALL tem desenvolvido o projeto financeiro de "instalação universal de energia" (Universal Energy Facility). Como funciona?

Ogunbiyi: É um mecanismo financeiro baseado em subsídios, que compensa os custos iniciais de investidores privados e incentiva projetos em países e áreas considerados arriscados demais. Esperamos poder inspirar outras organizações e governos a usar o modelo para acelerar o acesso à energia em comunidades remotas.

Outra abordagem inovadora são os pactos de energia [energy compacts], que têm sido particularmente eficazes para unir governos, setor privado e cidades, na busca por fechar as lacunas de acesso à energia e acelerar o desenvolvimento de energia limpa. Os parceiros se juntam para estabelecer políticas, impulsionar o financiamento, desenvolver tecnologias e gerar os dados necessários para acelerar o progresso nas nações em desenvolvimento. Em setembro, foi firmado na ONU o compromisso de implementar US\$ 1,4 trilhão em financiamento até 2030.

Valor: O Fundo Verde para o Clima tem estado bem aquém de suas promessas. Há esperança para ele?

Ogunbiyi: Essas promessas e políticas levam tempo. Hoje, o mundo enfrenta uma miríade de desafios globais, como as mudanças climáticas, pandemias e conflitos. Muitos países em desenvolvimento lidam com perspectivas de crescimento em declínio, enfraquecimento do investimento e aumento da dívida. No entanto, devemos permanecer fiéis às promessas que fazemos coletivamente.

O Fundo Verde é particularmente importante. Se não receber financiamento adequado, investimentos em agricultura sustentável, proteção costeira, reflorestamento e transição energética na Ásia, África, Europa Oriental, América Latina e ilhas do Caribe e Pacífico serão muito limitados. Também gostaria de ver outros fundos reabastecidos, como a Associação Internacional de Desenvolvimento, que fornece empréstimos e subsídios sem juros aos governos dos países mais pobres. Sobre esperança, posso dizer que, em colaboração com muitos governos ao redor do mundo, incluindo o brasileiro, estamos trabalhando para elaborar políticas e intervenções que tornem o acesso aos fluxos financeiros mais fácil para as

populações mais afetadas pelas mudanças climáticas.

Valor O ex-secretário-geral da ONU Ban Ki-Moon afirmou que a energia é o "fio de ouro que conecta o crescimento econômico, a equidade social e a sustentabilidade ambiental". O que é preciso para que as energias renováveis estimulem o desenvolvimento?

Ogunbiyi: Muitos emergentes podem garantir crescimento e empregos de qualidade estimulando, por exemplo, a produção doméstica de energia renovável. É por isso que defendemos a Iniciativa de Produção de Energia Renovável, que enfatiza a cooperação Sul-Sul e a criação de oportunidades para empresas se conectarem, aprenderem umas com as outras e formarem parcerias, acelerando a produção local de energia renovável, ao mesmo tempo em que focam nas cadeias de suprimentos de minerais essenciais. Aliás, muitos países podem aprender com o Brasil, país que está na vanguarda da transição de energia limpa globalmente.

Para economias emergentes, onde a demanda por eletricidade cresce rapidamente, o Brasil oferece um exemplo viável para atender a esse aumento com fontes renováveis, principalmente eólica e solar. É por isso que vemos parcerias estratégicas, dentro de um contexto de cooperação Sul-Sul mais ampla, como pilares essenciais para atrair investimentos e tornar a energia limpa mais barata e competitiva.

Valor: Discussões sobre a transição se concentram em questões como carros, aviação e manufatura. A senhora destaca problemas da vida cotidiana, como cozinhar e refrigerar. Que papel esses tópicos desempenham na transição energética?

Ogunbiyi: É importante falar sobre as lutas diárias das pessoas com acesso deficiente à energia. Isso não é bem compreendido: 685 milhões de pessoas não têm acesso a formas confiáveis de eletricidade. Muitos não entendem que essas pessoas recorrem a combustíveis poluentes, que afetam gravemente suas vidas. Em muitos países, a dependência de geradores a gasolina gera emissões equivalentes a até mil termelétricas. Há lugares onde geradores de reserva fornecem mais capacidade elétrica do que a rede nacional. Disso resultam efeitos sérios na saúde, nas oportunidades econômicas e na resiliência climática.

A falta de energia limpa para cozinhar afeta um terço da população mundial, contribui para o desmatamento e resulta em poluição do ar doméstico, o que mata prematuramente milhões de pessoas por ano, sobretudo mulheres e crianças. Por isso, apoiamos o desenvolvimento de planos nacionais de energia integrada, que definem claramente as metas de um país para eletrificação. Esses planos ajudam a

desbloquear inteligência de mercado, acessível ao setor privado, a formuladores de políticas e financiadores, gerando dados e insights valiosos, como a identificação de áreas prioritárias e a tecnologia de menor custo a implantar.

Valor: A senhora tem alertado para a relação entre o acesso à energia e a desigualdade de gênero. Onde se manifesta essa relação?

Ogunbiyi: Em muitas partes do mundo, as mulheres têm a responsabilidade primária pela gestão da energia doméstica, incluindo cozinhar, aquecer e iluminar. Porém, a infraestrutura energética tende a chegar às mulheres por último. A falta de acesso à energia afeta mulheres e crianças desproporcionalmente.

Muitas mulheres são forçadas a depender de alternativas tradicionais e prejudiciais para cozinhar, como biomassa e querosene, o que as expõe a níveis perigosos de poluição do ar doméstico. O resultado são impressionantes 3,8 milhões de mortes prematuras a cada ano. Isto não só perpetua a pobreza energética, como expõe as mulheres e suas famílias a riscos de saúde. Outro aspecto preocupante é que a energia é um dos setores com menor diversidade de gênero. As mulheres são 32% dos empregados no setor de energia renovável e 22% no setor de energia em geral.

Valor: A senhora se queixa também da insuficiência de dados. O que nos falta saber?

Ogunbiyi: De fato, existe uma lacuna nos dados, sobretudo nas áreas de uso da energia e pobreza energética. Esse problema torna muito difícil acompanhar o progresso dos objetivos do desenvolvimento sustentável ou conhecer a informação desagregada por gênero. Por exemplo, em certos projetos dedicados a expandir a capacidade de cozinhar sem poluir, podem faltar dados sobre a divisão entre as instituições voltadas para meninas e meninos. Com dados melhores, seria possível compreender as diferenças de gênero, acompanhar o progresso e projetar intervenções focalizadas. Por sinal, essa é a nossa ênfase nas iniciativas de gênero e juventude.

Valor: A eletrificação rural é um tópico importante do seu trabalho e também é relevante no Brasil. Qual é o potencial das minirredes de geração local no campo?

Ogunbiyi: Soluções descentralizadas de energia renovável têm o potencial de fechar a lacuna de acesso em áreas remotas e rurais, onde a baixa credibilidade de serviços públicos e outros desafios, como a ausência de infraestrutura e baixas

densidades populacionais, impedem o progresso na eletrificação. Essas soluções são complementares aos sistemas elétricos continentais. Ao usar dados geoespaciais, é possível identificar a melhor tecnologia de eletrificação: off-grid [sem conexão com a rede de distribuição de energia], mini-grid [sistema local de pequena escala] ou extensão de rede, com base na densidade populacional e na renda. Estima-se que até 2030 mais de 70% das novas conexões de eletricidade virão de soluções off-grid ou mini-grid. Sistemas descentralizados de energia renovável serão um dos principais fatores para o sucesso do ODS 7. Intervenções governamentais, por meio de políticas e suporte regulatório, podem impulsionar esse mercado, desbloqueando investimentos potenciais e incentivando o fluxo de financiamento do setor privado.

Valor: Os combustíveis fósseis ainda crescem, mesmo com esforços para descarbonizar. Parece ser um ciclo vicioso. O que será preciso para quebrá-lo?

Ogunbiyi: Os combustíveis fósseis são sustentados por subsídios, que, globalmente, estão em US\$ 7 trilhões e devem aumentar para US\$ 8,2 trilhões até 2030. Esses subsídios visam proteger os consumidores mantendo os preços baixos, mas têm um custo enorme, levam a **impostos** mais altos, promovem a alocação ineficiente dos recursos e desfavorecem os mais pobres. Remover os subsídios e usar o ganho de receita para gastos sociais mais bem direcionados, reduções em **impostos** ineficientes e investimentos em fontes de energia sustentáveis pode transformar o mundo.

Valor: Um dos pactos energéticos que a senhora ajudou a criar surgiu em 2021, com o nome de "Iniciativa 24/7 Sem Carbono", a ser aplicado por grandes cidades. Já é possível descarbonizar inteiramente a eletricidade de uma metrópole?

Ogunbiyi: Esse é o objetivo. A iniciativa é um dos 169 pactos já existentes, com liderança da SEforALL e do Google. Com a ajuda de governos, ONGs, setor privado e outros atores em todo o mundo, estão sendo criadas as tecnologias, políticas, ferramentas e idéias necessárias para um futuro em que toda a demanda de eletricidade no mundo seja livre de fontes que emitem carbono. Por ora, o que conseguimos produzir de energia sem carbono, com todos os pactos, está em 459 TWh. Além disso, desde 2021, surgiram mais 353 coalizões, o que vai expandir esse número.

Valor: Além dos esforços para avançar em fontes limpas e renováveis, há apelos para incluir novos investimentos nucleares no mix energético. Essa é uma solução?

Ogunbiyi: Na SEforALL, apoiamos uma transição de

amplo escopo para os países em desenvolvimento, incluindo o combate à pobreza energética e o favorecimento das prioridades domésticas de crescimento e desenvolvimento em cada nação. Olhamos para a economia como um todo e apoiamos governos no planejamento energético, no desenho da regulação, nos mecanismos baseados em mercado, na construção de capacidade local. Digo isso porque cada país tem seu caminho para a transição energética, não prescrevemos o caminho a seguir.

Sendo assim, a energia nuclear é uma fonte de baixa emissão que pode ter um papel importante, conforme afirma o IPCC. Nós, da SEforALL, apoiamos uma abordagem tecnologicamente inclusiva, em que a energia atômica é reconhecida como fonte limpa. Mas é preciso deixar claro que qualquer solução, incluindo a nuclear, precisa atender às regulações internacionais de segurança.

"Fundos disponíveis de fontes públicas tradicionais não são suficientes para atender às necessidades"

"Muitos países podem aprender com o Brasil, que está na vanguarda da transição de energia limpa"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187998>

"Com a alta da Selic, não vejo benefício nos pós-fixados"

DANIEL ROCHA E-INVESTIDOR

ENTREVISTA: Marília Fontes, Mestre em Economia pelo Insper e autora do livro "Renda Fixa Não é Fixa", passou pela Empiricus antes de fundar a Nord Research

A recente decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), em elevar a taxa Selic para o patamar de 10,75% ao ano não deve trazer mudanças para o mercado de renda fixa no curto prazo. Para Marília Fontes, cofundadora da Nord Research, os títulos pós-fixados podem continuar perdendo espaço na carteira dos investidores para os prefixados e indexados ao IPCA.

Desde abril, quando houve a mudança das metas fiscais, o mercado tem se preocupado com o equilíbrio das contas públicas.

E como na época o movimento era de redução de juros, esses títulos passaram a precificar o risco fiscal do País. "Não enxergo nenhum benefício nesses títulos (pós-fixados) com a alta da Selic porque temos bastante prêmio (retorno) nos prefixados e nos títulos IPCA+." No pregão da última sexta-feira, os títulos públicos prefixados eram negociados com um prêmio acima de 12%, enquanto os indexados ao IPCA+ registravam retornos de até 6,4%. A continuidade do bom momento para investir nesses papéis vai depender do posicionamento do governo frente ao problema das contas públicas. Se houver sinalização de corte de gastos, a tendência é que a atratividade desses produtos se mantenha.

Do contrário, podem perder espaço para os pós-fixados.

Os títulos pós-fixados vão perder espaço no mercado de renda fixa?

O Copom subiu a Selic em 0,25 ponto com uma linguagem muito dura, o que nos faz pensar que nas próximas reuniões poderemos acelerar o ciclo para 0,50 ponto. O mercado já precifica uma Selic terminal de 12% ou 12,5% (em 2025). E quando olhamos a curva de juros, isso já está precificado. Então, quando comparamos para os títulos pós-fixados, não vejo nenhum benefício nesses títulos com a alta da Selic porque temos bastante prêmio nos prefixados e nos

títulos IPCA+. O mercado ainda está assustado com a questão fiscal no Brasil.

Até quanto deve durar essa preferência pelos prefixados, visto que eles estão pagando rentabilidade de 12%?

Vai depender de como o governo pretende endereçar a questão fiscal neste ano e no próximo.

Estamos vendo os principais mercados reduzindo os juros e a nossa **inflação** não está ruim. Pelo contrário, os dados estão muito bons. O grande problema do Brasil é a expectativa de **inflação**, que está péssima por conta do risco fiscal e da surpresa positiva na atividade econômica. O Tribunal de Contas da União e o Banco Central já informaram que acham que o governo não vai cumprir a meta fiscal deste ano. Precisamos aguardar para entender se o governo vai cortar gastos ou vai mudar a meta novamente (como ocorreu em abril deste ano). Se mudar a meta, as taxas de juros vão continuar subindo. Agora, se houver uma redução crível de despesas, o prefixado se torna como o melhor título.

E por que há otimismo com os títulos IPCA+ se a alta da Selic busca controlar a **inflação**?

A alta da Selic deveria reduzir as expectativas de **inflação**, mas não é o que está acontecendo. A **inflação** implícita está elevada e, mais uma vez, vai depender mais da posição do governo em relação à meta fiscal do que com o dado da **inflação** em si. O governo vai precisar se posicionar. Vamos cumprir a meta fiscal ou vamos mudar a meta?

Com a alta dos juros, muitos investidores correm para a renda fixa.

Mas, partindo do conceito que você defende, de que "a renda fixa não é fixa", como montar uma carteira para diversificar o risco?

Só existe um título de renda fixa que não tem risco, que é o Tesouro Selic. Quando você investe em renda fixa, há dois tipos de risco: o risco de mercado quando você vende o papel antes do vencimento e o risco de crédito. Então, se você investe em prefixado do governo, não está correndo risco de crédito. Se você investe em um prefixado de uma empresa privada,

você corre o risco de crédito. Então, o investidor precisa decidir a qual risco deseja estar exposto. Eu não acho que vale a pena diversificar risco de mercado porque cada um dos três títulos (pós-fixados, prefixados e indexados à **inflação**) se comporta bem ou mal em um determinado cenário.

O Ibovespa não está dando continuidade aos ganhos de agosto. Podemos ver uma recuperação?

Eu ainda vejo espaço porque o movimento da Bolsa em agosto foi motivada pelos investidores estrangeiros em meio às expectativas de redução de juros nos Estados Unidos. Essa perspectiva impulsionou o capital estrangeiro para os mercados emergentes, como o Brasil. Se tivermos uma queda consistente dos juros americanos, o fluxo de fora deve sustentar a Bolsa brasileira nesses preços atuais.

"Os principais países estão reduzindo juros e nossa **inflação** não está ruim. Pelo contrário. O problema é a expectativa de **inflação**"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Novo consignado mira domésticos e autônomos

Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta De Brasília

Empregados domésticos com carteira assinada e trabalhadores autônomos poderão contratar empréstimos consignados, de acordo com uma proposta em elaboração no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). São grupos que hoje não têm acesso a esse produto, oferecido a trabalhadores privados por meio das empresas onde atuam.

A pasta quer criar um novo empréstimo consignado do setor privado, em substituição às operações de crédito que utilizam como garantia o **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**). É objetivo declarado do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, acabar com essa possibilidade de saque.

Assim, o plano no Ministério do Trabalho é que o novo consignado substitua os empréstimos com base no **saque-aniversário**, que seriam encerrados após um período de transição cujos detalhes ainda não estão decididos. O desenho será proposto ao Congresso Nacional ainda este ano, possivelmente em novembro.

A principal diferença do novo consignado em relação ao atual é que as operações serão feitas diretamente entre o trabalhador e a instituição financeira, e não mais por meio das empresas, informou uma fonte a par das negociações. A ideia é limitar as operações a 35% do salário do trabalhador e a 40% da multa rescisória em caso de demissão.

Nessa nova modalidade, os bancos informarão ao trabalhador, por meio da carteira de trabalho digital, o valor de crédito disponível e a taxa de juros. Para tanto, terão acesso a informações do perfil do empregado.

Funcionaria como uma espécie de leilão, no qual o empregado escolheria o banco que oferece melhores condições - seja o menor juro, seja pelo relacionamento, explicou a fonte. Para contratar o crédito, não será mais necessária a anuência da empresa empregadora, como ocorre hoje no consignado privado.

Uma vez contraído o empréstimo, a empresa empregadora receberá sua guia do e-Social com uma informação à parte, uma rubrica, com os valores referentes às parcelas de consignado de seus

empregados. O pagamento deverá ser feito à Caixa, que por sua vez repassará as parcelas aos bancos que fizeram os empréstimos.

Segundo a fonte, esse desenho dará ao trabalhador mais transparência sobre o que ele está contratando e qual o custo do crédito.

A formatação do novo consignado do setor privado e o fim do **saque-aniversário** são discussões que se arrastam desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A área econômica vinha se opondo ao fim do **saque-aniversário**, pois esse mecanismo deu base a empréstimos mais baratos ao trabalhador.

Em fevereiro deste ano, por exemplo, a taxa de juro da antecipação do **FGTS** estava em 1,61% ao mês, ante 1,80% do crédito pessoal consignado e 14,59% do rotativo do cartão de crédito. De julho de 2020 a dezembro de 2023, foram contratados R\$ 75,3 bilhões em crédito garantido pelo **FGTS**.

O Valor apurou que o presidente Lula já deu sinal verde para Marinho prosseguir com seu projeto de acabar com o **saque-aniversário**. Nesse cenário, o mercado de crédito passou a pressionar por um prazo de transição. E nesse ponto que estão as discussões.

Questionada, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) disse que "é favorável à manutenção do **saque-aniversário** do **FGTS** e da antecipação do crédito dessa linha por ser um instrumento eficaz e barato de injeção de recursos na economia brasileira". A entidade destaca o fato de esses empréstimos não comprometerem a renda mensal dos trabalhadores e possuir "a menor taxa entre as opções de empréstimo" e poder ser acessada por indivíduos negativados. "Além disso, a Febraban defende o aprimoramento do consignado privado, que é complementar à antecipação do **FGTS** e possui grande potencial para ampliar a concessão de crédito no país", completou.

Na avaliação de Henrique Lian, diretor-executivo da Protesto/Euroconsumers-Brasil e professor da FIA Business School de São Paulo, tratam-se de duas linhas de crédito diferentes, complementares, que não necessariamente deveriam ser excludentes. "Caso o saque-aniversário seja substituído pelo consignado, o trabalhador pode ser empurrado pelo governo para uma linha de crédito mais cara, até porque a análise

de crédito deve, necessariamente, incluir também o perfil do empregador, ainda que a anuência deste não seja exigida. E caso o governo estabeleça um teto de juros, corre-se o risco das instituições financeiras perderem interesse na operação", avaliou.

"Seria muito mim aos trabalhadores substituir uma coisa pela outra", afirmou. Para ele, são duas categorias de trabalhadores diferentes para cada uma das linhas de crédito. "Temos 130 milhões de brasileiros elegíveis para o **saque-aniversário**, enquanto apenas 40 milhões são elegíveis ao consignado privado, que pode discriminar trabalhadores negativados", avaliou o especialista.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187998>